PATRÍCIA MAEDA

INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS:

a participação das trabalhadoras na Assembleia Nacional Constituinte

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Associado Dr. Jorge Luiz Souto Maior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

PATRÍCIA MAEDA

**INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS:
a participação das trabalhadoras na Assembleia Nacional Constituinte**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO - SP**

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Maeda, Patrícia

Interseccionalidade e direitos : a participação das trabalhadoras na Assembleia Nacional Constituinte ; Patrícia Maeda ; orientador Jorge Luiz Souto Maior -- São Paulo, 2020.

320

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito do Trabalho e gênero. 2. Interseccionalidade. 3. Direitos sociais. 4. História do Direito do Trabalho - Brasil. 5. Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988. I. Souto Maior, Jorge Luiz , orient. II. Título.

MAEDA, Patrícia.

INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS: a participação das trabalhadoras na Assembleia Nacional Constituinte

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Bá

AGRADECIMENTOS

Nesta jornada, há muito o quê e muitos a quem agradecer. Há também o risco de cometer injustiça, deixando involuntariamente de mencionar pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este estudo. Apesar disso, tentarei acertar. Registro, assim, agradecimentos especiais:

À Universidade de São Paulo, pela oportunidade de estudar na graduação, no mestrado e no doutorado em contato com pessoas incríveis.

Ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela imprescindível possibilidade que me foi concedida de dedicação integral à pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Associado Dr. Jorge Luiz Souto Maior, por tudo o que enfrentamos até hoje. Sua amizade e sua confiança foram fundamentais para que meu amadurecimento intelectual, sem o que esta pesquisa não se realizaria. Sua coragem e sua sapiência inspiram-me a seguir adiante. Muito obrigada, companheiro!

A todas Professoras e todos Professores da minha vida acadêmica, especialmente a quem participou deste último trecho, nas pessoas de Helena Hirata, Nadya Araújo Guimarães, Christen Smith, Iram Jácome Rodrigues, Ricardo Antunes e Giovanni Alves. Aprendi muito com vocês sobre relações de trabalho e de amizade.

Às Professoras Paula Marcelino e Flávia Biroli, pelas gentis palavras de incentivo na minha Banca de Qualificação.

Às Professoras Fabiana Severi e Caroline Freitas e ao Professor Cristiano Paixão, que me disponibilizaram tempo, paciência, espaço dialógico e indicações bibliográficas, além de uma boa dose de empatia e alteridade. A contribuição de vocês marca este trabalho!

Às amigas e aos amigos que, comovidos com meu desespero, vieram com alguma dica de pesquisa ou de leitura do tipo “talvez isso possa te interessar” e tiveram impacto determinante na pesquisa: Professor Angelo Soares, Professora Sayonara Grillo, Professor Humberto Bersani, Ricardo Lourenço, Paulo Yamamoto, Luciana Conforti, Renata Nóbrega. Suas digitais também estão por toda pesquisa.

Às Sororas, por terem despertado em mim a consciência, a vontade de fazer e a coragem de enfrentar. Momentos felizes, compartilhamento de dores, incentivo para ir adiante e muito afeto: vocês representaram tudo isso e muito mais! Ely, Gabi, Laura, Fer, Danis, Nubia,

NoNo, Anas, Celita, Kena, Dorita, Nine, Anoca, Dedé, Claudinha, Nai, Karen, Ju, Uda, Adri, Lucinha e todas as Sororas de mi corazón, a sororidade reverbera nesta tese.

Aos companheiros democráticos, nas pessoas de Marcus Barberino, José Henrique Torres, André Bezerra, Marcelo Semer, Rubens Casara e Marco Aurélio Macedo.

Às companheiras do GPTC Gênero, por representarem uma expectativa no devir. À Regina pelo acolhimento tranquilizador que me fez acreditar.

À Helena, por ter organizado as entrevistas em Santos/SP.

Às Unidas e Democráticas por se constituírem um novo oásis. À Marcia Sampaio, pelo apoio incondicional à distância. À Nora, Rita, Lelê, Cá, Lays e Bruna, pelo apoio mais pertinho.

Às J.D. por todos os bons dias de madrugada! É sempre animador saber que já tem amiga acordada treinando ou trabalhando por aí.

Às amigas duradouras, na pessoa de Cybelle Cristina Fujita.

Às amigas de longa distância, na pessoa de Emy Ugaji.

Às novas amigas, nas pessoas de Amarilis Costa, Juliana Felicidade, Perla Müller e Sarah Hakim.

Aos meus pais, por participarem de todos os meus pequenos sucessos.

Ao Sergio, meu amor e porto seguro, por fazer parte de tudo o que há de importante no meu percurso: desde nossa adolescência, com os almoços de marmita fria no bosque da Federal (IFSP), até hoje, com as refeições regadas a gargalhadas no aconchego de casa. A caminhada foi longa, mas suavizada ao seu lado. E que continuemos rindo e falando muito até o fim.

À Bela e à Carol, por serem quem são e, assim, renovarem minha esperança no futuro.

*Tem o Brasil que cheira
Outro que fede
O Brasil que dá
É igualzinho ao que pede*

*Pede paz e saúde
Trabalho e dinheiro
Pede pelas crianças
Do país inteiro*

*Tem um Brasil que soca
Outro que apanha
Um Brasil que saca
Outro que chuta
Perde, ganha
Sobe, desce
Vai à luta, bate bola
Porém não vai à escola*

*Brasil de cobre
Brasil de lata
É negro, é branco, é nissei
É verde, é índio peladão
É mameluco, é cafuzo
É confusão*

*Oh, Pindorama eu quero o seu porto seguro
Suas palmeiras, suas feiras, seu café
Suas riquezas, praias, cachoeiras
Quero ver o seu povo de cabeça em pé*

Vai pra frente Brasil!

Elza Soares, Brasis (2019)

RESUMO

MAEDA, Patrícia. **Interseccionalidade e direitos:** a participação das trabalhadoras na Assembleia Nacional Constituinte. 2020. 320 f. Tese (Doutorado)– Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A pesquisa versa sobre a participação das mulheres trabalhadoras na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, analisando a relação entre direito e gênero, com enfoque na divisão sexual do trabalho. Para tanto, a interseccionalidade, a decolonialidade e a amefricanidade são utilizadas como ferramentas teóricas para investigar o cotidiano e as demandas das mulheres, revisitando a história do direito, sobretudo o do trabalho, fora da perspectiva do sujeito universal. Os marcadores sociais de diferença (classe, gênero e raça) são considerados de forma imbricada com vistas a revelar lugares sociais reiteradamente preteridos, como o da mulher negra, para considerar sua força epistêmica. O direito se apresenta não só como instrumento de dominação entre classes, que são fortemente informadas pela raça, mas também entre sexos. A maior participação política de grupos dominados amplia o repertório discursivo e altera o conteúdo do direito, ainda que sob o controle do grupo que majoritariamente ocupa os espaços de poder. A conformação dos direitos sociais constitucionalizados demonstra este limite.

Palavras-chave: Direito do Trabalho e gênero. Interseccionalidade. Direitos sociais. História do Direito do Trabalho - Brasil. Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988.

ABSTRACT

MAEDA, Patrícia. **Intersectionality and rights**: the participation of female workers in the National Constituent Assembly. 2020. 320 p. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The research addresses the participation of working women in the 1987/1988 National Constituent Assembly, analysing the relationship between law and gender, with a focus on the sexual division of labour. For that, intersectionality, decoloniality and amefricanity are used as theoretical tools to investigate the daily life and demands of women, revisiting the history of law, especially that of labour, outside the perspective of the universal subject. The social markers of difference (class, gender and race) are considered in an interwoven way in order to reveal repeatedly neglected social places, such as that of the black woman, to consider their epistemic strength. The law presents itself not only as an instrument of domination between classes, which are strongly informed by race, but also between sexes. The greater political participation of dominated groups expands the discursive repertoire and changes the content of the law, even if under the control of the group that mainly occupies the spaces of power. The configuration of constitutionalized social rights demonstrates this limit.

Keywords: Labour Law and Gender. Intersectionality. Social Rights. History of Labour Law – Brazil. 1987/1988 National Constituent Assembly.

RÉSUMÉ

MAEDA, Patrícia. **L'Intersectionnalité et les droits**: la participation des travailleuses à l'Assemblée Nationale Constituante. 2020. 320 p. Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2020.

La recherche porte sur la participation des travailleuses à l'Assemblée Nationale Constituante de 1987/1988, analysant la relation entre la loi et le genre, en mettant l'accent sur la division sexuelle du travail. Pour cela, l'intersectionnalité, la décolonialité et l'amefricanité sont utilisées comme des outils théoriques pour enquêter sur la vie quotidienne et les exigences des femmes, revisitant l'histoire du droit, notamment celle du travail, en dehors de la perspective du sujet universel. Les marqueurs sociaux de la différence (classe, sexe et race) sont envisagés de manière imbriquée afin de révéler des lieux sociaux souvent négligés, comme celui de la femme noire, pour considérer leur force épistémique. La loi se présente non seulement comme un instrument de domination entre les classes, fortement influencées par la race, mais aussi entre les sexes. La plus grande participation politique des groupes dominés élargit le répertoire discursif et modifie le contenu de la loi, même si elle est sous le contrôle du groupe qui occupe principalement les espaces de pouvoir. La configuration des droits sociaux constitutionnalisés démontre cette limite.

Mots-clés: Droit du travail et le genre. Intersectionnalité. Droits sociaux - Brésil. Assemblée Nationale Constituante 1987/1988.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AMEFRICANIDADE, DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE: OS OLHARES SOBRE MOVIMENTOS DE MULHERES NA LUTA POR DIREITOS	23
2.1	Direito e as opressões de classe, gênero e raça	23
2.2	Amefricanidade de Lélia Gonzalez	26
2.3	Decolonialidade e amefricanidade	37
2.3.1	Colonialidade do poder	39
2.3.2	Colonialidade do saber	42
2.3.3	Colonialidade de gênero	44
2.4	Interseccionalidade e amefricanidade	46
2.4.1	Amefricanidade, teorias da perspectiva e feminismo negro estadunidense	47
2.4.2	A experiência de ser mulher negra <i>versus</i> o conceito universal da mulher (branca)	50
2.4.3	Interseccionalidade como conceito jurídico	59
2.4.4	Interseccionalidade e direito antidiscriminatório	62
3	DIREITO, TRABALHO E MULHERES: AS LUTAS E AS RESISTÊNCIAS ATÉ O SILENCIAMENTO DOS ANOS DE CHUMBO	65
3.1	Mulheres na luta por direitos no Brasil (período de 1822 a 1930)	65
3.2	O trabalho feminino na Era Vargas (1930-1945)	75
3.3	Movimentos de mulheres na democracia (1945-1964)	86
3.4	O dia que durou 21 anos: a ditadura militar no Brasil	93
3.4.1	Ato Institucional n. 1	94
3.4.2	Ato Institucional n. 2	99
3.4.3	Ato Institucional n. 3	101
3.4.4	Ato Institucional n. 4	103
3.4.5	Ato Institucional n. 5 e os “anos de chumbo”	107
3.5	As várias mulheres no trabalho	111
4	MULHERES EM MOVIMENTO: DAS LUTAS CONTRA CARESTIA À REDEMOCRATIZAÇÃO	115
4.1	Clube de mães e movimento contra o custo de vida	118
4.2	Movimento feminino pela anistia	120
4.3	As trabalhadoras nos movimentos sindicais	124
4.3.1	Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo	125
4.3.2	Sindicato dos bancários de São Paulo	130
4.3.3	Sindicato das trabalhadoras domésticas	132
4.3.4	Movimento das mulheres trabalhadoras rurais (MMTR)	137
4.4	Movimento feminista nos anos 1970	138
4.5	Movimento de mulheres negras ou feminismo negro	147
4.5.1	Movimento negro unificado (MNU)	148
4.5.2	Mulheres negras em movimento	152
4.6	Principais reivindicações das mulheres no período 1970-1980	156

5	MULHERES, POLÍTICA E CONSTITUINTE: REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO	161
5.1	CPMI sobre a mulher (1977)	162
5.2	Deputadas federais eleitas em 1978	165
5.3	Mulheres eleitas durante o processo de abertura política	168
5.4	Presença feminina na Assembleia Nacional Constituinte (ANC)	171
5.4.1	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	173
5.4.1.1	As demandas das trabalhadoras na Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte	178
5.4.2	As Parlamentares Constituintes e o <i>Lobby do Batom</i> (LB)	181
5.4.2.1	As demandas das trabalhadoras encampadas pelas propostas do <i>Lobby do Batom</i> Para a ANC	201
6	MULHERES E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS	205
6.1	Subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos – VII-a	208
6.1.1	Lenira de Carvalho, representante das trabalhadoras domésticas	217
6.1.2	Antônia da Cruz Silva, representante da mulher trabalhadora rural	227
6.1.3	Maria Elizete de Souza Figueiredo, representante da mulher trabalhadora	229
6.1.4	Anteprojeto da Subcomissão VII-a	233
6.2	Subcomissão de saúde, seguridade e meio ambiente – VII-b	236
6.2.1	Anteprojeto da Subcomissão VII-b	244
6.3	Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias – VII-c	245
6.3.1	Anteprojeto da Subcomissão VII-c	260
6.4	Comissão da Ordem Social – VII	262
6.4.1	Anteprojeto da Comissão – VII	267
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
	REFERÊNCIAS	293
	ANEXOS	309
	ANEXO I Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte	
	ANEXO II Propostas à Assembleia Nacional Constituinte	

1 INTRODUÇÃO

Brasil, 12 de fevereiro de 2020. Em meio ao duro processo de escrita, me deparei com mais um motivo para desenvolver análises com a abordagem interseccional. Uma semana após chamar os servidores públicos de parasitas, o Ministro da Economia se manifesta sobre a conveniência da atual alta do preço do dólar: “[Era] todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada. Pera aí!”. O que revela esta fala se não a persistência do classismo, do racismo e do sexismo?

Na dissertação de mestrado, tive a oportunidade de discutir o trabalho no capitalismo pós-fordista, baseada na premissa de que o direito é a forma jurídica do capitalismo e tem a função garantidora da circulação de mercadorias. Ao reconhecer a subjetividade jurídica, tornar exigível o cumprimento dos contratos e proteger a propriedade privada, o direito viabiliza a circulação mercantil. A subjetividade jurídica é imprescindível para o capitalismo, pois sem ela o trabalho humano não seria comercializável no mercado, uma vez que apenas sujeitos de direito podem realizar trocas. Mas não basta ser sujeito de direito, há de ser livre. A liberdade do sujeito está no seu livre consentimento na venda de si mesmo: o indivíduo é livre para vender sua força de trabalho em condição de igualdade jurídica com o comprador, pois ambos se relacionam como proprietários de mercadorias – o primeiro, de sua força de trabalho e o segundo, do salário. O direito redefine, assim, o indivíduo em termos de propriedade, transformando-o em sujeito e objeto simultaneamente. A exploração capitalista se dá mediada por um contrato jurídico – o contrato de trabalho – e não mais por coerção direta, como no feudalismo e no escravismo, adquirindo estabilidade para se desenvolver em escala global.

Neste sentido, é possível afirmar que o direito, assim como o Estado, tal como os conhecemos, são historicamente situados no capitalismo. Da mesma maneira, o sujeito de direito, que é concebido a partir da ideia de universalidade. Quem é o sujeito de direito universal? Lembro-me de que nas primeiras aulas da graduação, dois personagens estavam sempre presentes nos casos práticos exemplificativos: Caio e Tício. Eram eles que realizavam atos e negócios jurídicos, cometiam delitos, etc. Um pouco depois surgiu o tal do “homem médio”, como parâmetro para pensar o comportamento humano normal. Há quem defina o homem médio como aquele sem rosto, raça, cor ou posição socioeconômica, que representaria uma espécie de equilíbrio do comportamento humano. Na materialidade das relações sociais, o homem médio não existe. As pessoas pertencem a uma classe social, são racializadas e se

diferenciam quanto à sexualidade, à origem, ao nível de escolaridade, etc. Hoje percebo que, de fato, o homem médio ou universal é a expressão de um direito produzido por parlamentos majoritariamente elitistas, masculinos e, no caso do Brasil, branco; e aplicado por justiças igualmente marcadas por classe, gênero e raça. Com estas mesmas características se apresentam as cúpulas de governo, as cadeiras nas universidades e os conselhos de administração das instituições financeiras e das empresas transnacionais.

Assim, não é à toa a formulação do tal “homem médio”; a ele, em princípio, se destina o direito. Afinal, a gênese liberal do direito aderiu como amálgama à teoria kantiana que assumia os trabalhadores assalariados, os menores de idade e todas as mulheres como “cidadãos passivos”, cujas existências eram “meras inerências”, de modo que não se qualificavam para votar ou participar da administração do Estado. O sujeito universal kantiano era homem, adulto e proprietário, pouco diferindo do cidadão ateniense na democracia [escravocrata] grega do século V a. C., excluindo da vida política todos e todas as demais integrantes da população. O sujeito universal kantiano, ao definir o homem médio, exclui outras possibilidades e estabelece desigualdades. Embora este nível de desigualdade jurídica seja incompatível, pelo menos formalmente, com o direito contemporâneo, seria possível qualificar o direito como desprovido de classe, gênero e raça? Esta pergunta se coloca, sobretudo, se considerarmos o perfil prevalecente na cúpula dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – que é majoritariamente composta por homens brancos, heterossexuais e de classe média ou acima dela.

Se na Prússia de Kant no século XVIII a participação política (e, portanto, a produção do direito) se determinava com base em classe e gênero, no caso do Brasil, a questão racial é uma variável determinante. Somente no final do século XIX a superação do modelo do escravismo levou ao reconhecimento da subjetividade jurídica de todos os seres humanos, que se tornaram sujeitos de direitos, livres e iguais perante a lei. Entretanto, teria o direito produzido por homens brancos proprietários conseguido apagar as marcas da gênese colonial e escravocrata das relações sociais brasileiras?

Uma perspectiva contestadora da sociologia jurídica adota a tese de que “o direito é masculino”, propondo dois problemas iniciais: a existência de normas que discriminam a mulher, assim como a aplicação das normas de forma discriminatória. Segundo Ana Lúcia Sabadell, o direito se apresenta como democrático, humano e igual para todos, mas a atividade jurídica reproduz em todos os níveis a discriminação da mulher. Para avançar na análise e não incorrer no erro epistemológico de universalizar esta mulher – que seria branca e de classe média ou acima –, é preciso compreender que o gênero é atravessado por outras

variáveis, em especial, a classe e a raça, de modo que não considerar a imbricação destas categorias é desconsiderar importante parcela da sociedade.

Assim, o que proponho neste trabalho é revisitar a narrativa das lutas por direitos para demonstrar a participação das mulheres na conformação dos direitos sociais constitucionalizados em 1988. Parto da hipótese de que há uma defasagem nos estudos jurídicos e na própria história do direito, que não consideram as hierarquias decorrentes das variáveis classe, gênero e raça, perdendo uma série de perspectivas, experiências e discursos, que poderiam enriquecer a análise e a compreensão do próprio direito. Se o direito é masculino, a história também o é. Assim, tanto o direito quanto a história do direito não revelam a capacidade de atuar de mais da metade da população brasileira, invisibilizando as mulheres, a classe trabalhadora, a população negra e ameríndia. Ambos, direito e história, são simultaneamente expressões e instrumentos da dominação.

Nesta releitura da história, com a tentativa de apresentar a perspectiva das pessoas invisibilizadas pelo sujeito de direito universal e pela história hegemônica do direito, o trabalho doméstico assume um locus importante para compreender a intersecção destas múltiplas opressões simultâneas. O assalariamento do trabalho é característico do capitalismo, mas ele não é absoluto. Por reunir tarefas atribuídas à esfera feminina, o valor social atribuído ao trabalho doméstico é hierarquicamente inferior ao de outros trabalhos, o que lhe reserva duas realidades: a total invisibilidade – no caso do trabalho doméstico gratuito, pois associado ao âmbito dos afetos – ou um tratamento de grande precariedade – no caso do trabalho doméstico (mal) remunerado, majoritariamente ocupado por mulheres negras. Segundo a OIT, o Brasil em 2009 tinha o maior número de trabalhadoras domésticas no mundo: eram mais de 7 milhões, mais de 90% mulheres, e mais de 60% negras, de acordo com dados da PNAD.

Assim, uma primeira divisão básica dentro do trabalho doméstico seria entre o trabalho doméstico gratuito e o trabalho doméstico remunerado, ambos majoritariamente executados por mulheres. Apenas o trabalho doméstico remunerado é objeto do direito do trabalho. Para atribuir um estatuto, o direito normalmente faz outra subdivisão entre trabalho doméstico remunerado com relação de emprego (“empregada doméstica”) e trabalho doméstico remunerado sem relação de emprego (“diarista”), segundo o critério da habitualidade. No caso brasileiro, corresponde ao trabalho contínuo “por mais de 2 (dois) dias por semana”, desde a promulgação da Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015, que regulamenta o contrato de trabalho doméstico. São diversos níveis de classificação e fracionamento que justificam a ausência ou o pacote inferior de direitos para um tipo de trabalho essencial para a reprodução social.

O recente relatório da Oxfam Tempo de Cuidar 2020 confirma que a desigualdade social e a concentração de renda aumentaram nos últimos anos, com alguns dados alarmantes: de um lado, os 2.153 bilionários do mundo em 2019 detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas; os 22 homens mais ricos do mundo detinham mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África; o 1% mais rico do mundo detinha mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas. De outro lado: o trabalho não remunerado de mulheres no cuidado agrega pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano em valor à economia. O relatório aponta que o grupo de pessoas no topo da pirâmide, em que há muita riqueza e nenhum trabalho, é formado predominantemente por homens; enquanto isso, pessoas situadas na base da pirâmide, onde só há trabalho e miséria, são majoritariamente mulheres e meninas em trabalhos precários e mal (ou não) remunerados. Estas constatações nos indicam uma correlação entre desigualdade social e concentração de riquezas e divisão sexual do trabalho.

As posições sociais ocupadas pelas pessoas reais observam hierarquias desenhadas com base em classe, gênero e raça, além de outros marcadores sociais de diferença, que se estabelecem na lógica de privilégios e desvantagens, a partir da qual elas (as pessoas reais) organizam suas vidas e têm suas experiências, perspectivas e demandas¹. O trabalho é central na instituição destas hierarquias, uma vez que as classes sociais na sociedade capitalista dizem quem são os que trabalham e os que não trabalham. A divisão sexual do trabalho, por sua vez, ao separar e hierarquizar atividades socialmente reconhecidas como femininas e masculinas, distribui desigualmente tanto o mercado de trabalho quanto a carga do trabalho doméstico entre os sexos, de forma não isolada, mas racializada e observando uma lógica de classe. Isso implica consequências diversas para mulheres privilegiadas e para as demais mulheres em termos da distribuição desigual de renda e tempo livre. De acordo com Flávia Biroli, os privilégios e as desvantagens se arranjam como hierarquias, de modo que as diferenças não digam respeito apenas a identidades, mas a relações de poder e dominação, influenciando a participação das mulheres na esfera política e na construção diuturna da democracia.

Não é coincidência a falta de representatividade das mulheres, sobretudo racializadas e das classes sociais mais baixas, nas esferas políticas e a persistência da desigualdade jurídica na perspectiva de gênero. Isso, porém, não significa a ausência das mulheres na luta por direitos. É exatamente isso que pretendo mostrar.

---

¹ A sexualidade, como traço mais íntimo do ser humano, referente à busca do prazer e à descoberta das sensações táteis e da atração pela/o outra/o, também é objeto de controle social e impacta na divisão sexual do trabalho, mas esta pesquisa se concentrará na intersecção entre classe, gênero e raça.

Para superar a invisibilidade histórica, social, política e jurídica, as lentes adotadas para enxergar os achados desta pesquisa serão apresentadas no Capítulo 2, numa perspectiva interseccional, considerando o entrecruzamento das opressões de raça e gênero simultaneamente à exploração de classe. É necessária, então, uma primeira teorização que nos permita atravessar o véu da universalidade e da neutralidade para encontrar estratos sociais silenciados (ou ignorados) e revelar sua capacidade de criar conhecimento e legitimidade para fazer reivindicações.

As ideias que serão desenvolvidas nos tópicos subsequentes são lançadas no item 2.1, em que se problematiza como o direito serve de instrumento para a desumanização de parte da população, recorrendo à crítica elaborada por Thula Pires, com base no pensamento de Franz Fanon sobre a zona do “não ser”. No item 2.2, o panorama da produção intelectual da antropóloga Lélia Gonzalez é recuperado juntamente com sua biografia, trazendo conceitos trabalhados por ela que jogam luz sobre o racismo e o sexismo na formação da sociedade brasileira. Alguns exemplos são: racismo por denegação, estereótipos decorrentes da mucama (doméstica, mãe preta e mulata), racismo por omissão, amefricanidade, pretuguês. Estes conceitos e ideias mobilizam o marxismo e a psicanálise, concebendo ferramentas que auxiliam a compreender as relações de poder e dominação, como se constituem as hierarquias e em que medida elas persistem no Brasil, assim como as formas de resistência à opressão e à discriminação. A categoria “amefricanidade” sintetiza o esforço de reconhecer a contribuição da cultura negra, não apenas trazida da África, mas também desenvolvida na luta pela sobrevivência na América, na formação da “América Ladina”.

Em sintonia com o legado teórico de Lélia Gonzalez, os estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade, apresentados no item 2.3, contribuem para a compreensão de como as noções de raça e de gênero estruturaram e constituíram a América ocupada. No item 2.3.1, a noção de colonialidade do poder nos permite constatar a origem de padrões de comportamento, crenças e relações do trabalho próprios do colonialismo que remanescem nas sociedades latino-americanas. A diferença colonial baseada na raça determinou a forma de dominação e de exploração do trabalho. A desumanização de parcela da população que decorre desta persistência do padrão europeu de hierarquização social é chamada colonialidade do ser. A violência como se deu a colonização era justificável pela ideologia civilizatória do eurocentrismo, conforme se depreende da colonialidade do saber, analisada no item 2.3.2, segundo a qual o pensamento colonizador assume um ponto de vista autointitulado universal, neutro, objetivo, racional e civilizado, desqualificando os saberes dos povos originários e diaspóricos. No item 2.3.3, a ideia de colonialidade de gênero mostra que a

modernidade colonial foi construída sobre uma lógica categórica binária: humano/não humano, branco/não branco, superior/inferior, civilizado/bestializado, homem/mulher, macho/fêmea. Este aporte nos possibilita alcançar como a imposição da heteronormatividade europeia aos povos ameríndios e africanos foi outra forma de violência, classificando as pessoas para estabelecer novo patamar de inferiorização. Nesta escala, a mulher colonizada e a pessoa colonizada intersexual ou transgênera formavam uma categoria tão subalternizada, que ficou excluída do padrão binário do sistema moderno/colonial. A resistência à colonialidade é nomeada decolonialidade e reconhecida também como fonte de produção de conhecimento.

A aproximação da amefricanidade com os aportes do feminismo negro estadunidense é feita no item 2.4.1. A teoria do ponto de vista situado considera o lugar ocupado pelas mulheres e a experiência dele decorrente, validando outras fontes de produção de conhecimento e desafiando a ciência hegemônica. As experiências das mulheres negras estadunidenses mostram suas múltiplas opressões simultâneas, questionando também a opressão que advém do feminismo hegemônico (branco). A epistemologia que emerge desta experiência subverte o modelo dicotômico, sem deixar de reconhecer as diferenças, que passam a ser consideradas forças de mudança para fazer frente ao que já está posto, colocando-as em xeque para o surgimento de novas possibilidades.

O conceito de mulher universal é desafiado no item 2.4.2, contestando o ideal de feminilidade, que atribui fragilidade, doçura e fraqueza às mulheres (brancas). A mulher negra ocupa um lugar social e tem uma experiência de vida diferente destes estereótipos. Tem um ponto de partida diferente, com diferente acesso à moradia, educação e saúde; enfrenta a discriminação quanto à sua capacidade intelectual e aparência física; e não corresponde ao estereótipo de feminilidade. Por isso, além de a mulher negra ter uma visão diferente, suas necessidades e demandas são distintas e não podem ser eclipsadas por uma pauta supostamente universal. As questões do trabalho e da maternidade são bons exemplos materiais e históricos das diferenças entre as mulheres brancas e negras estadunidenses. Lélia Gonzalez, por sua vez, já identificava algo dolorosamente comum entre as mulheres negras e ameríndias, inferiorizadas pela “latinidade” e reconhecia o processo de tríplice discriminação (raça, classe e sexo), pelo menos dez anos antes do surgimento da expressão interseccionalidade.

A interseccionalidade surgiu como um conceito jurídico (item 2.4.3) para nomear o lugar da ausência da proteção da lei antidiscriminação estadunidense cunhado pela jurista e militante Kimberlé Crenshaw, em 1989. Nomear este “não lugar” foi importante para desvelar

o entrecruzamento das opressões simultâneas de raça, classe e gênero, que pode ficar encoberto se cada eixo for analisado isoladamente, como ocorre na lógica dicotômica ou binária. Como só conhecemos aquilo que nomeamos, foi a partir do advento da expressão interseccionalidade que se estabeleceu um debate jurídico mais qualificado sobre as discriminações. O estudo do direito antidiscriminatório elaborado por Adilson Moreira ajuda a pensar a interseccionalidade no direito brasileiro (item 2.4.4).

No Capítulo 3, iniciamos a incursão histórica da luta por igualdade, buscando trazer à tona as perspectivas das mulheres, sobretudo as subalternizadas. Como o direito se estruturou em relação à divisão sexual do trabalho, informa sobre a condição da mulher na família e na sociedade, variando historicamente. Este levantamento visa compreender melhor o trabalho da mulher, nas perspectivas social e jurídica, e como esta questão se conformava com o contexto histórico e político. As subdivisões propostas para organizar o capítulo não se constituem limites temporais rígidos, mas apenas um indicativo de cada período histórico. No item 3.1, é traçado um paralelo entre as lutas cotidianas e o conteúdo do direito para mostrar como a inserção de mulheres no mercado assalariado de trabalho se deu fortemente marcada pela opressão de gênero e de raça, com as piores condições de trabalho e os salários mais baixos. A variável classe informa também a exclusão de parte das mulheres do trabalho assalariado, a quem eram destinados o cuidado da família e o trabalho doméstico de forma gratuita e sob a supremacia do homem chefe de família.

A regulação do trabalho por meio de norma estatal é abordada no item 3.2., como solução encontrada para desmobilizar a classe trabalhadora urbana, com o Estado arrogando para si o papel de concedente de direitos. Neste contexto, foram estabelecidas a igualdade jurídica entre os sexos, a proibição de diferença salarial em razão de sexo e normas de “proteção do trabalho da mulher”, com enfoque na função reprodutiva feminina. Apesar da proclamação constitucional da igualdade jurídica, o trabalho doméstico assalariado e o trabalho rural ficaram excluídos do alcance da CLT, cuja inclusão passou a ser, de certa forma, o horizonte de luta da classe trabalhadora.

No item 3.3, veremos que novos horizontes de lutas das mulheres se apresentaram a partir de 1945: pelo fortalecimento da democracia, pela anistia dos presos políticos e contra a carestia. As mulheres também se mobilizaram em torno da questão do trabalho, denunciando a discriminação e o descumprimento da legislação, e de outras questões concretas. A sociedade civil experimentou por curto tempo as liberdades de organização e de associação. Estas liberdades somadas às propostas de reformas de base do Presidente João Goulart se chocavam com os interesses da elite, que reagiu com discurso e ações

conservadoras, exaltando a família tradicional e a religião. A polarização das posições políticas no âmbito da sociedade foi o cenário que antecedeu a longa ditadura militar.

A legitimação do autoritarismo por meio da forma jurídica é o pano de fundo do item 3.4., que versa sobre a ausência de liberdades democráticas, em que os direitos fundamentais deixam de ser limite para o Estado repressor, em cotejo com a redução de direitos sociais, incluindo direitos trabalhistas. Com o item 3.5, busco fazer um breve fechamento parcial sobre as várias mulheres no mundo do trabalho até o início da década de 1970.

O Capítulo 4 se destina a investigar a atuação das mulheres em espaços coletivos, abrangendo desde organizações de bairros, passando por sindicatos, até movimentos sociais. A pesquisa envolveu tanto a consulta bibliográfica quanto a pesquisa documental em tabloides publicados por sindicatos e movimentos sociais. Além disso, foram consultadas ex-sindicalistas do setor bancário, como Maria Aparecida Santos e Maria Lúcia Matias. O gênero se apresentou como um fator importante para que esta participação se estabelecesse de forma gradativa ao longo da década de 1970, em que o ambiente antidemocrático não possibilitava a expressão de antagonismos ao regime. O acúmulo de experiências no período permitiu o amadurecimento de pautas de reivindicações que seriam entabuladas na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (ANC). Estas pautas foram sumarizadas ao final do capítulo com vistas a nortear as pesquisas subsequentes.

A participação das mulheres na política, seja por meio de mandato parlamentar, seja por cargos dentro da institucionalidade, no período pré-ANC é relatada no Capítulo 5, arrematando o arcabouço necessário para a leitura específica dos registros históricos da ANC. Além da pesquisa bibliográfica, foi analisado o relatório final da CPMI da Mulher, de 1977, como o objetivo de verificar quais foram as contribuições das mulheres neste período e se houve correlação com as demandas apresentadas pelas mulheres pesquisadas no capítulo anterior.

Por fim, o Capítulo 6 recupera os pontos de debates travados na Comissão da Ordem Social-VII e em suas subcomissões relacionadas às demandas das mulheres apuradas nos capítulos anteriores. Foram realizadas três entrevistas com parlamentares constituintes: Aldo Arantes, Benedita da Silva e Lídice da Mata. Aldo Arantes e Benedita da Silva foram entrevistados pessoalmente e o teor foi gravado. Lídice da Mata respondeu às perguntas por escrito. As entrevistas tinham o objetivo de contextualizar o processo constituinte e a atuação da Bancada Feminina. Depois disso, a pesquisa documental se baseou nos registros das atas de reuniões da Comissão VII e suas subcomissões, disponibilizados no acervo virtual da

Câmara dos Deputados. O escopo da leitura foi identificar: Quais foram as reivindicações das trabalhadoras discutidas nas reuniões, cujas atas foram objeto desta pesquisa? Como se deram as discussões em termos de argumentos e discursos? Ao final do trâmite na Comissão VII, como estavam as propostas sobre os principais pontos?

Nas Considerações Finais, retomarei os pontos principais apresentados nos capítulos para explicar o longo processo de luta por direitos até a ANC, analisando-os à luz da interseccionalidade. Conhecer este processo histórico visa dar subsídios para uma melhor compreensão sobre os direitos sociais que foram integrados no texto constitucional e sobre aqueles que, não sendo positivados, foram objetos de debates progressistas; e, assim, contribuir para uma melhor aplicação do direito construído, enfrentando as estruturas discriminatórias ainda vigentes em nossa sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi relatar a participação das trabalhadoras no processo constituinte que culminou na Constituição Federal de 1988, no que tange à conformação dos direitos sociais. O pano de fundo é o longo processo de luta por direitos e a distribuição desigual dos direitos gradativamente conquistados, considerando a interseccionalidade de classe, gênero e raça. O desafio estava nos vários níveis de invisibilização a serem removidos para este intento. Primeiramente porque a positivação no texto constitucional das matérias aprovadas tende a eclipsar as lutas travadas para que estas demandas se efetivassem, além de apagar as reivindicações não contempladas. Ademais, o direito e a história, produzidos por pessoas marcadas por sua posição social, sexualidade e etnia, tendem a assumir o ponto de vista do sujeito universal, que é masculino, branco, formalmente instruído, pertencente a estratos sociais mais abastados, coincidindo com o grupo dominante. Para enxergar além deste sujeito, pretensamente neutro e universal, foram mobilizadas as ferramentas teóricas apresentadas no Capítulo 2, de modo a expandir a subjetividade jurídica para alcançar todos os seres humanos, acessando a zona do “não ser”.

A amefricanidade é a lente que nos possibilita revelar o papel de grupos marginalizados pelo colonialismo (povos ameríndios e amefricanos), considerando suas experiências, demandas e resistências como contribuições importantes para a formação da sociedade brasileira (e latino-americana). A decolonialidade é a oposição à persistência dos padrões coloniais organizativos da sociedade e do Estado, fortemente hierarquizados pelos critérios raça e gênero, partindo de uma outra perspectiva epistêmica: a de colonizada/os, subalternizada/os e desumanizada/os. A interseccionalidade nos auxilia a não incorrer no erro de considerar os eixos de opressão isoladamente, mas, ao contrário, enfrentar as diferenças de classe, gênero e raça simultaneamente, superando a lógica binária (do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo) para acessar o “não lugar” do acidente interseccional, que vitimiza a mulher negra. O diálogo entre estas três ferramentas teóricas dá o tom da pesquisa.

Pensar os direitos sociais, em especial o direito do trabalho, com estas lentes é relevar, por exemplo, que grande parte da população brasileira tinha negada a sua subjetividade jurídica; que este grupo, ao integrar o mercado de trabalho assalariado, foi admitido preponderantemente nas posições mais precárias do trabalho doméstico e do trabalho rural; que a família tradicional e o casamento significaram por muito tempo uma *capitis diminutio* para as mulheres casadas; que a titularidade da propriedade rural só passou a

ser reconhecida para a trabalhadora camponesa na Constituição Federal de 1988; que apenas em 2013 a trabalhadora doméstica passou a ter limite de horas de trabalho.

A partir destas lentes, revisitamos a história dos direitos enunciados na legislação nacional, com destaque para a questão da igualdade jurídica e a variação de sua amplitude. A sociabilidade brasileira assumiu a forte hierarquização da colonização e a abolição da escravatura e a independência do Brasil não alteraram a rígida estratificação social. A exclusão de todas as mulheres e de homens sem posses da esfera política, pelo voto censitário, revelava a desigualdade legitimada pelo direito no Brasil Império, com pouca alteração na República Velha. A regulação da vida cotidiana observou esta assimetria: o Código Civil de 1916 subordinava juridicamente a mulher casada, a fim de assegurar a supremacia do homem na direção da família. A questão de classe se revelava, uma vez que o casamento e o controle sobre a mulher casada tinham relação com a transmissão da propriedade dos bens a herdeiros, ou seja, eram concebidos para atender quem tinha patrimônio. Além disso, mulheres das classes baixas não eram atingidas por esta inferiorização porque o casamento era um procedimento caro demais para elas e seus companheiros. Consequentemente, de um lado, elas gozavam de certa liberdade; de outro, sofriam a precariedade da condição de vida, que as expunha à violência e exploração sexuais.

A demanda por força de trabalho na industrialização urbana, combinada com a política estatal de branqueamento, foi suprida com a imigração europeia e com a admissão de mulheres e crianças no mercado de trabalho no início do século XX. As mulheres trabalhadoras tiveram importante participação nas greves no período, às quais elas tinham muitos motivos para aderir. As mulheres tinham salário inferior, trabalhavam em piores condições e por mais horas, e ainda eram submetidas a abusos sexuais. A luta por igualdade apareceu no panorama das trabalhadoras, que questionavam por que trabalhavam por mais horas do que os homens, se eles eram o sexo forte.

Com a formação da classe operária, ganhou força o movimento eugenista. A imigração de africanos e japoneses foi indiretamente limitada na Constituição de 1934, sob o argumento de “restrições necessárias à garantia da integração étnica”, mantendo a imigração europeia intacta. A proteção do trabalho da mulher e a proibição do trabalho infantil também tinham a finalidade do aprimoramento racial – a aproximação do ideal do homem branco europeu, que deteria o padrão de melhor saúde, de maior beleza e de maior competência intelectual em comparação com as demais “raças”. O papel social das mulheres, aos olhos dos eugenistas, era a reprodução humana e, por isso, seus corpos deveriam ser protegidos, diga-se, controlados. Foi neste sentido que Getúlio Vargas editou o Decreto-Lei 3.199, de 14/4/1941,

que previa textualmente: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza [...]”. A natureza da mulher, decerto, seria a procriação da prole. O Estado e o direito pareciam adotar duas posturas paralelas com relação à divisão sexual do trabalho, a despeito da igualdade jurídica entre os sexos reconhecida nas Constituições a partir de 1934: de um lado, reforçavam a ideia da manutenção do lar e da criação da prole como incumbências naturais e exclusivas da mulher; de outro, o trabalho assalariado da mulher deveria ter restrições com o fim de protegê-la física e moralmente. Todavia, o estereótipo da feminilidade ligado à maternidade e ao trabalho doméstico gratuito, combinado com a condição desvantajosa de inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive com salários legalmente reduzidos em 1940, não conduziu a mulher trabalhadora diretamente para o ambiente do lar. No caso de salário insuficiente do homem da casa, o que restava à mulher trabalhadora era a difícil (in)conciliação da dupla jornada de trabalho.

É fato notório que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá de forma diferenciada em relação aos homens, mas importa considerar qual o papel do Direito nesta assimetria. Num primeiro momento, a ausência de regulação significava uma exploração maior das trabalhadoras nas fábricas, que se submetiam a jornadas muito superiores às dos homens no processo de industrialização. Assim, as normas de proteção do trabalho da mulher, que versavam sobre horário e condições de trabalho, não eram refutadas pelas trabalhadoras inicialmente. No entanto, não tardou para elas entenderem que as normas de proteção efetivamente protegeriam se fossem exigíveis para todas e todos trabalhadores. Caso contrário, em regra, constituiriam apenas motivo para discriminação.

As normas legais que passaram a regular as relações de trabalho não surgiram para promover a igualdade entre homens e mulheres. A igualdade salarial expressa foi bastante disputada: demorou para ser positivada (1934), em seguida foi suprimida do ordenamento jurídico (1937) para só depois ser novamente prevista (1946). As normas de proteção do trabalho da mulher, por sua vez, têm efeito questionável, pois visam proteger a maternidade, como se esta fosse apenas de interesse particular de cada mulher, e não da família ou da sociedade. Percebido como um interesse particular, a consequência chegou a ser a atribuição de encargos à própria mulher, pois o custo de sua proteção não deveria ser absorvido pelo empregador, que pode, com permissão legal, pagar-lhe salário inferior ao do homem.

A divisão sexual do trabalho norteava a regulação do trabalho doméstico assalariado, assim como a divisão racial do trabalho, a do trabalho rural. Ambas as categorias foram expressamente excluídas da CLT em 1943, que surgiu em resposta ao movimento

operário, mas que assumiu a versão de concessão estatal de direitos. Este pacote de direitos passou a ser o horizonte de reivindicações da parcela excluída da classe trabalhadora, além de ser o sonho de sua concretização para as e os trabalhadores urbanos.

O trabalho doméstico assalariado, apesar da convergência da tripla opressão de classe, gênero e raça, tinha tratamento jurídico de contrato civil desde 1886, o que não contemplava a questão da desigualdade material entre trabalhadora doméstica e empregador/a, uma vez que a premissa das relações civis é a de igualdade jurídica entre as partes. Contrariamente, a relação de trabalho assalariado é caracterizada pela subordinação jurídica (decorrente da própria desigualdade material), especificidade que marca todo contrato de trabalho e que se revela de maneira bastante acentuada no trabalho doméstico. Em 1941, foi regulamentado o contrato de locação de serviço doméstico, com previsão de anotação do contrato em carteira profissional e tão somente do direito ao aviso prévio.

Seguindo a lógica de separação e hierarquização de atividades socialmente reconhecidas como femininas e masculinas, uma grande parte das mulheres, em evidente imbricação de classe, gênero e raça, encontrou no trabalho doméstico remunerado o meio de sobrevivência. A divisão sexual do trabalho fica evidenciada no trabalho doméstico, remunerado ou gratuito, pois se trata de atividade transformadora e teleológica da natureza, de modo que ontologicamente não se diferencia de outros trabalhos. Todavia, por reunir tarefas atribuídas à esfera feminina, o valor social atribuído ao trabalho doméstico é hierarquicamente inferior ao de outros trabalhos, o que lhe reserva duas realidades: a total invisibilidade – no caso do trabalho doméstico gratuito, pois associado ao âmbito dos afetos – ou um tratamento de grande precariedade – no caso do trabalho doméstico (mal) remunerado. A “superexploração” para a trabalhadora doméstica se materializava na ausência de reconhecimento da categoria profissional e do sindicato correspondente, com capacidade jurídica para negociar melhores condições de trabalho, e um pacote reduzido de normas trabalhistas.

O trabalho rural, além de se manter por muito tempo em condições arcaicas, se revelava ainda mais problemático para as mulheres. As trabalhadoras rurais, em geral, combinavam o trabalho na agricultura com tarefas domésticas, de maneira que a participação feminina no trabalho agrícola parecia ser mais fácil nas pequenas propriedades. O gênero no trabalho na agricultura de subsistência se apresentava de forma ainda mais gravosa, pois, muitas vezes, a trabalhadora rural sequer era considerada como assalariada, pois o fruto de seu trabalho se confundia com o de sua família e apenas o homem, chefe da família, era remunerado. Além disso, a recusa dos sindicatos em filiar as trabalhadoras camponesas,

negando-lhe acesso à assistência e à previdência social, e a não titulação das terras em nome de mulheres demonstravam a forte discriminação exercida contra elas no campo.

Quanto ao trabalho urbano, a CLT, sob a forma de decreto-lei editado em 1943, não apenas consolidou leis esparsas, mas também criou normas. Sobre o trabalho da mulher, foram várias inovações discriminatórias, dentre as quais cito: a possibilidade de prorrogação de jornada (“horas extras”) para a trabalhadora, *desde que autorizada por atestado médico*; a proibição do trabalho noturno feminino, salvo algumas exceções, em que a remuneração do trabalho noturno seria superior à do diurno e sob a condição de apresentação de *atestado de bons antecedentes*, fornecido por autoridade competente e de *atestado de capacidade física e mental*, por médico oficial (não havia regras equivalentes para o trabalho noturno masculino); a ampliação do período de descanso no caso de maternidade para seis semanas antes e seis depois do parto. A proibição do trabalho feminino e de menores de 18 anos em condições insalubres ou perigosas remanescia. A igualdade salarial sem distinção de sexo foi expressamente prevista, mas o art. 461 colocou tantos requisitos que, concernente à equiparação salarial, a CLT foi considerada ambígua, pois não era simples explicar (nem entender) qual seria o significado de “trabalho de igual valor”. Esta ambiguidade não passou despercebida e teve impactos na desigualdade salarial entre homens e mulheres, criando diferenças dentro da mesma categoria profissional, sem que houvesse correspondência no grau de complexidade das atribuições de cada nível hierárquico.

Novos horizontes de lutas das mulheres se apresentaram a partir de 1945: pelo fortalecimento da democracia, pela anistia dos presos políticos, contra a carestia. Na Constituição de 1946, retornou ao texto a proibição expressa da diferença salarial sexista, subtraída do texto constitucional em 1937. As mulheres se mobilizaram em torno da questão do trabalho, denunciando a discriminação e o descumprimento da legislação, e de outras questões concretas. Diversas associações de mulheres foram criadas no período pós-1945. Além disso, o movimento feminista retomou seu caráter internacional, sufocado pelo Estado Novo. Em 1956, foi realizada a Conferência Nacional de Trabalhadoras no Rio de Janeiro, em preparação para a Conferência Mundial das Trabalhadoras que seria realizada em junho do mesmo ano, em Budapeste. No evento, foram discutidos dois pontos principais: direitos e reivindicações das trabalhadoras das cidades e do campo; e participação efetiva das trabalhadoras na vida e atividade de suas respectivas organizações. Como resultado das discussões foi elaborada uma pauta de reivindicações, divulgada pelo Jornal Movimento Feminino, como por exemplo: igualdade salarial, liberdade sindical, proteção à maternidade, creches e casas maternais, extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo,

associação profissional para as trabalhadoras domésticas e departamentos femininos nos sindicatos.

No entanto, as principais associações de mulheres tiveram o funcionamento suspenso no governo democrático de Juscelino Kubitschek. No curto governo de João Goulart, foi promulgado o chamado Estatuto da Mulher Casada, fruto de mais de 10 anos de engajamento do movimento de mulheres no Congresso Nacional, e foi ratificada a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher da ONU. Foram reduzidas as desigualdades jurídicas em razão do sexo, mas não totalmente suprimidas. No seio da tradicional família brasileira, os homens permaneciam juridicamente como chefes da família, a quem cabia o pátrio poder e a administração dos bens comuns; às mulheres cabia colaborar com os homens. No cenário jurídico-político, estava garantida pela Convenção ratificada a igualdade de condições de votar e de elegibilidade entre homens e mulheres, além do direito de ocupar postos públicos e exercer funções públicas.

A sociedade civil experimentou por curto tempo as liberdades de organização e associação. Estas liberdades somadas às propostas de reformas de base se chocavam com os interesses da elite, que reagiu com discurso conservador, exaltando a família tradicional e a religião. A polarização das posições políticas evidenciada nestes dois eventos – Comício na Central do Brasil e Marcha da Família com Deus pela Liberdade – foi o cenário que antecedeu a longa ditadura militar. O acirramento da tensão entre as posições político-ideológicas na sociedade brasileira foi um fator essencial para a deposição do Presidente João Goulart. No jogo de forças, a grande imprensa se mostrou a favor do golpe militar, o que pode ser conferido nas publicações da época. Da mesma maneira, instituições como OAB e CNBB e estratos da sociedade.

A forma jurídica foi a opção do regime militar para conferir um ar de legitimidade à ruptura democrática, com intensa fixação pela formalidade legal. A resposta para a polarização da sociedade foi a dura repressão contra um dos lados, inicialmente em desrespeito a direitos fundamentais constitucionalizados. Progressivamente, os direitos fundamentais e seus instrumentos foram relativizados na forma jurídica pelos atos institucionais até serem extirpados, como o *habeas corpus*, enquanto as instituições também se enfraqueceram, com a submissão dos Poderes Legislativo e Judiciário ao Executivo e seu aparato repressor. Este quadro propiciou uma brutal perseguição a oponentes do regime, desde os integrantes de partidos de esquerda até qualquer pessoa que manifestasse discordância com o então estado das coisas.

A Operação Limpeza atingiu não só a classe política, a magistratura nacional e funcionários públicos civis e militares, mas também os sindicatos. Muitos sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção e vários dirigentes foram destituídos. Grande parte disso tudo foi possível com a aplicação rigorosa da CLT, que, criada em pleno Estado Novo, desenhou a estrutura sindical passível de controle estatal. O direito posto já legitimava a ausência de liberdade sindical e não houve necessidade de alteração legislativa. Já o controle jurídico do fato social da greve foi uma das primeiras providências do regime militar com a promulgação da Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964, que praticamente tornou regra a ilegalidade da greve. A política de arrocho salarial foi contemporânea ao recrudescimento da repressão à classe trabalhadora. Por força da Lei n. 4.725/1965, a Justiça do Trabalho teve sua atuação restringida, passando apenas a aplicar os índices oficiais do governo para calcular os reajustes salariais em dissídios coletivos. Não foram encontrados registros de insurgência da classe trabalhadora contra as leis que previam a redução de salários sem negociação coletiva mediante decisão judicial e o surgimento da “opção” pelo FGTS, em detrimento da estabilidade decenal.

Os três pilares do direito coletivo do trabalho foram gradativamente atingidos: a estrutura sindical (expurgos e interventores), a restrição do poder normativo da Justiça do Trabalho e a criminalização da greve a partir de 1969. Ao asfixiar as formas de defesa coletiva de interesses da classe trabalhadora, garantiu-se a acumulação acelerada de capital, sobretudo para as grandes empresas transnacionais, com a compressão dos salários dos trabalhadores em geral e sem a possibilidade de resistência destes. O modelo de crescimento econômico que se implementou no país, baseado em arrocho salarial, desigualdade social, concentração de renda e submissão ao capital estrangeiro, somente poderia ser viabilizado com a ausência da democracia e o desrespeito a direitos fundamentais.

Neste cenário, os papéis de gênero se reforçaram e o controle sobre o corpo feminino foi assunto de Estado, que delimitou a linha que segregava o esporte feminino brasileiro, privando as mulheres de praticar o futebol, dentre outras modalidades esportivas. A Deliberação n. 7, do Conselho Nacional de Desportos, mostra como o Estado lida com o corpo feminino, arrogando para si a decisão sobre as formas do uso do corpo, em absoluta invasão da esfera íntima e privada das mulheres. Este tipo de intervenção geralmente se justifica a partir da questão da reprodução humana, assumida como questão de Estado, sobre a qual a maior interessada (a própria mulher, dona daquele corpo potencialmente materno) pouco, ou nada, pode decidir. Há uma certa sincronia entre a ausência de democracia, o

desrespeito a direitos civis e políticos, a retirada de direitos sociais e um maior controle estatal sobre os corpos.

A instituição de censura prévia na imprensa, a criminalização do “antagonismo” ao regime por meio de tipos penais abertos, a sobreposição do Poder Executivo e o afastamento da apreciação judicial sobre atos do Estado são apenas exemplos de como a forma jurídica pode ser instrumento para a negação de direitos fundamentais. A grande produção legislativa do período da ditadura militar contribuiu para a construção de uma narrativa legitimadora das práticas autoritárias. De um lado, era importante para a ditadura militar passar uma imagem de normalidade institucional no cenário internacional. De outro, a própria ausência de legitimidade do governo demandava a legalidade para embasar seu poder, como um aparelhamento jurídico da coerção, confundindo medidas de força com as leis, de modo a suprir a ausência de autoridade fundada no consentimento.

Os movimentos sociais e as manifestações de oposição ao regime foram silenciados após o AI-5 e a então nova Lei de Segurança Nacional. Este silêncio não significava a ausência de conflitos, mas apenas um reflexo da “cultura do medo”. Enquanto apenas a classe trabalhadora sofria os efeitos da carestia e do aumento da concentração de renda, as forças contestadoras ficaram relativamente contidas com a forte repressão e a publicidade oficial do “milagre econômico”. O regime militar buscou a legitimação do poder não só na legalidade autoritária, mas também nos bons resultados econômicos, porém, estes começaram a minguar em meados de 1973, com a redução do índice de crescimento econômico, a alta da taxa de inflação e a crescente dívida externa. A classe média percebeu que o “bolo havia parado de crescer” e a opinião pública passou a se incomodar com a violência repressiva e as denúncias de violação de direitos humanos, que, apesar da censura prévia, chegava a ser noticiada nos meios de comunicação. A crise econômica que fragilizava a legitimação da ditadura militar e a própria insustentabilidade de um poder autoritário, que não deixava de carregar suas contradições internas e no bojo da sociedade, tornaram imperioso o processo de “distensão lenta, gradual e segura” e sempre (violentamente) controlado.

Em meio à forte repressão do governo Médici e ao processo de liberalização política do governo Geisel, as mulheres buscaram os meios possíveis de atuação coletiva, seja nos grupos de reflexão, seja nos clubes de mães. Para fins desta pesquisa, foram selecionados os movimentos de mulheres contra a carestia e pela anistia, pois ambos tiveram grande repercussão nacional e influenciaram a mobilização pelo retorno da democracia. Sobre a atuação das mulheres dentro dos sindicatos, foram escolhidas as seguintes categorias:

metalúrgicas de São Bernardo do Campo/SP, bancárias de São Paulo/SP, domésticas de Campinas/SP e rurais de Sertão Central/PE – estas duas últimas dizem respeito ao início de mobilizações de âmbito nacional. Estas categorias representam os três setores da economia – primário, secundário e terciário –, acrescidos do trabalho doméstico, que, desvinculado de finalidade lucrativa, é notoriamente ocupado por mulheres, dentre as quais se destacam as mulheres negras pobres. O movimento feminista dos anos 1970 foi o principal articulador da atuação das mulheres na ANC e os movimentos negro e de mulheres negras enriqueceram as discussões e as demandas, de modo a tornar aquilo que seria bastante avançado (pauta feminista), extensivo à grande parte da população brasileira.

Na esfera coletiva, as lutas gerais contra a carestia (Movimento contra o Custo de Vida) e a favor da anistia (Movimento Feminino pela Anistia) foram protagonizadas pelas mulheres. As primeiras reivindicações comunitárias correspondiam às necessidades nos bairros da periferia – tais como escola, creche, ponto de ônibus, posto de saúde –, que posteriormente se unificaram no movimento contra a carestia de abrangência nacional. Já as reivindicações de informações e libertação de parentes presos levadas a efeito pelas próprias famílias foram agregadas ao clamor por liberdade de pensamento e expressão e contra a violência do aparato repressivo, dando início ao movimento nacional pela anistia, prenúncio do movimento pela redemocratização e pelas Diretas Já.

Dentro dos sindicatos dos metalúrgicos na região do ABC paulista, as trabalhadoras buscaram participar dos debates, trazendo suas reivindicações para a pauta, ainda que os companheiros não desistissem de estar à frente das discussões, até mesmo falando por elas, como no caso do trabalho noturno feminino. As trabalhadoras metalúrgicas reivindicavam melhorias nas condições de trabalho (incluindo higiene e saúde) e nos transportes; denunciavam punições frequentes, aumento do ritmo do trabalho, imposição de horas extras e preconceito racial; denunciavam também problemas “femininos”, como: desigualdade salarial entre homens e mulheres, controle para o uso dos banheiros, discriminação contra mulheres gestantes e casadas, assédio moral e sexual; pleiteavam creches e berçários nas fábricas, direito de amamentar no trabalho, restaurantes coletivos, estabilidade para mulher casada e gestante e criação de departamento feminino nos sindicatos.

A desigualdade salarial remanesceu no espaço criado pela ambiguidade da equiparação salarial regulada pela CLT. Assim, não era a produtividade, a eficiência ou o nível de formação que determinava a escala de salários, sobretudo entre operários não qualificados ou semiquilificados. Ao contrário, era o próprio salário que determinava a classificação do cargo, de modo que promoção significava aumento de salário, mas não

necessariamente mudança significativa da natureza do trabalho efetuado. Em outras palavras, na mesma tarefa, as mulheres eram classificadas no nível salarial mais baixo possível. Enquanto homens eram contratados como operários de prensa, mulheres eram categorizadas como auxiliares de prensa, independentemente da produtividade. A valorização de qualidades “masculinas” (força) em detrimento de qualidades “femininas” (destreza, precisão, habilidade, rapidez), independentemente da produtividade, tentava justificar a falta de isonomia. Para manter as desigualdades de salário sem contestação por parte das trabalhadoras, o controle e a disciplina precisavam articular subordinação operária ao capital com subordinação sexista da mulher, de modo que a produção se estruturava sobre a base de uma divisão sexual e social do trabalho que atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle da força de trabalho, que incluíam o assédio moral e sexual.

As trabalhadoras bancárias também demandavam por creche, estabilidade da gestante, igualdade salarial e maior participação feminina em todas as entidades. Para a progressão na carreira, exigiram a realização de concursos internos com critérios objetivos como forma de romper o teto de vidro. É interessante a pauta referente ao planejamento familiar: que era direito do casal, cabendo ao Estado garantir a informação e o acesso aos métodos contraceptivos acompanhados de assistência médica gratuita, mas não o controle da natalidade. Por mais que a garantia de emprego da gestante constasse nas convenções coletivas da categoria, na materialidade das relações sociais, o que as bancárias gestantes vivenciavam no período de 1970-1985 era discriminação e assédio. As bancárias reivindicavam ainda o incentivo para a participação das mulheres em todas as entidades. Criticaram a objetificação da mulher bancária, com a “boa aparência” como critério para ocupar cargo de gerência, quando este deixou de ser um cargo de poder para ser apenas “propaganda para captar clientes”.

As trabalhadoras domésticas voltaram a se organizar, desta vez com mais força, e realizaram encontros nacionais a partir de 1968. Elas deram continuidade à luta pelo reconhecimento da categoria profissional e do respectivo sindicato e pela isonomia de direitos trabalhistas: limitação de jornada, salário mínimo, 13º salário, descanso semanal remunerado e direito de ação perante a Justiça do Trabalho, dentre outros. Problematicaram também o mascaramento da relação de trabalho com a suposta relação de afeto (“como se fosse da família”), o que confundia e iludia as trabalhadoras de modo a desencorajá-las a exigir seus direitos. Elas se preocupavam com o trabalho doméstico para mulheres com menos de 18 anos, dada sua vulnerabilidade à violência moral e sexual. As trabalhadoras domésticas correlacionavam a condição de seu trabalho às questões de gênero e raça e queriam lutar ao

lado de toda a classe trabalhadora. Elas articularam forças dos movimentos sindical, feminista e negro, naquilo que Joaze Bernardino-Campos nomeou de interseccionalidade emancipadora.

Ao desconsiderar a condição de trabalhadoras das mulheres rurais, qualificando-as como meras dependentes, os sindicatos buscavam justificar a exclusão delas do quadro de filiadas. Como os sindicatos eram a principal fonte de assistência no meio rural, as mulheres ficavam em grande desvantagem em relação aos homens, o que acontecia também com relação à aposentadoria, pois apenas uma pessoa por família se qualificava para receber tal benefício. As trabalhadoras rurais se mobilizaram nacionalmente e pleiteavam o reconhecimento de sua condição de trabalhadora, a extensão dos direitos previdenciários e o direito à posse e propriedade da terra, em igualdade de condições com os homens.

O movimento feminista teve seu reinício apoiado pela ONU em 1975. A superação da dicotomia público *versus* privado, o questionamento da divisão sexual do trabalho e do papel tradicional da mulher na família e na sociedade, a violência contra a mulher, a desigualdade jurídica foram bandeiras específicas conciliadas com a luta pelas liberdades democráticas, pois no Brasil da década de 1970 todo espaço de expressão era necessariamente preenchido pela luta pró-democracia, pelo fim da censura e da repressão e pela anistia aos presos políticos e exilados. Diversas entidades foram criadas e importantes encontros (e desencontros) ocorreram no período. As feministas tinham uma extensa pauta de reivindicações. Muitas delas diziam respeito à mulher no mercado de trabalho e coincidiam com pedidos das trabalhadoras (creches, aperfeiçoamento profissional etc.). Preocupavam-se também com a discriminação no trabalho exercida contra a trabalhadora casada, mãe ou gestante e contra a trabalhadora negra. Outra vertente de pretensões dizia respeito à condição da mulher na sociedade brasileira e ao corpo feminino, como: a representatividade das mulheres nos espaços públicos e de poder; o combate contra a discriminação e a violência contra a mulher, seja por campanhas de conscientização veiculadas pelos meios de comunicação, seja pela educação sexual e não sexista nas escolas; o direito sobre o corpo da mulher, com a promoção do debate sobre métodos anticoncepcionais e o aborto, além do repúdio às formas de controle de natalidade estatal.

É necessário reconhecer o lugar de privilégio das mulheres brancas, que foram liberadas do trabalho doméstico desenvolvido por mulheres negras, a partir do qual tiveram mais vantagens em termos de acesso à educação e ao mercado de trabalho. Além disso, o conceito universalizante da mulher, baseado na mulher branca de classe média, invisibilizava a mulher negra e suas especificidades. Estes problemas não são apenas teóricos, mas também de ordem prática, pois influenciavam a atuação do movimento. Havia questões tão relevantes

que não bastavam aparecer como pautas específicas, como no caso de discriminação racial. Esta não deveria ser um problema apenas da mulher negra, mas sim de todas e todos.

Em duas direções, as mulheres negras agregaram o enfrentamento da questão racial às lutas das feministas e o da questão da mulher às lutas antirracistas. A interseccionalidade, antes de ser um conceito, é uma experiência pela qual as mulheres negras se forjam na vida cotidiana e dentro dos movimentos negro e feminista. A pauta resultante desta imbricação de opressões aglutinava questões estruturais sobre o trabalho doméstico, o direito de moradia, o acesso à educação e à saúde públicas, ao lado de questões como a violência policial contra a população negra e a valorização da cultura amefricana. Além disso, a discriminação contra a mulher negra é denunciada pela desigualdade de oportunidades quando se anuncia vaga de emprego para mulher com “boa aparência”, assim como os reflexos dos estereótipos.

Na política partidária, as mulheres voltaram a ter representação no Congresso Nacional em 1974, quando elegeu-se a deputada federal Lygia Maria Lessa Bastos (ARENA/RJ). Embora fosse a única mulher parlamentar, ela teve papel essencial na CPMI da mulher. Ela problematizou a dupla jornada de trabalho das mulheres e a ineficiência do Estado em prover serviços públicos de qualidade, o que tornava um peso desproporcional liberar o trabalho noturno para as mulheres; defendeu a aposentadoria com tempo de serviço inferior para as mulheres, em compensação ao trabalho doméstico e cuidado desenvolvidos gratuitamente e, portanto, sem recolhimento previdenciário; apontou o conflito aparente de normas a respeito da autorização para o trabalho da mulher casada, pois houve a revogação expressa no Código Civil, mas não na CLT; defendeu a igualdade jurídica para as trabalhadoras domésticas e rurais em relação às demais categorias e a valorização das professoras primárias; denunciou a não efetivação do direito à creche etc.

As mulheres que se elegeram deputadas federais em 1978 tinham compromisso com a promoção da igualdade jurídica das mulheres e, sobretudo, com a melhoria de sua condição social. A despeito de não ter resultado em leis aprovadas, a atuação das mulheres parlamentares foi essencial para trazer para o espaço público estas questões, o que certamente abriu o caminho para os debates posteriores na ANC.

Os consecutivos revezes no processo de redemocratização – a rejeição da PEC n. 05/1983 (Emenda Dante de Oliveira), a realização da eleição presidencial de forma indireta, a morte de Tancredo Neves, a posse de José Sarney, a convocação de uma ANC congressional unicameral a partir do corpo de membros do Congresso Nacional, a instituição da Comissão de Notáveis – contrariavam as reivindicações dos movimentos sociais que se mobilizaram em

torno da Campanha das Diretas Já e da participação popular na constituinte por uma ANC exclusiva, livre, soberana e ilimitada. O resultado positivo foi o aprendizado com a mobilização em si, o que proporcionou experiência para a preparação para a ANC com a realização de assembleias populares, para discutir e levantar propostas e colher assinaturas. Assim, se, por um lado, as iniciativas dos grupos conservadores no sentido de controlar a velocidade e a intensidade da redemocratização eram bem-sucedidas, por outro lado, elas geravam como reação uma vontade maior da sociedade civil em se engajar na reconstrução de um Estado Democrático de Direito, com ampla participação popular nas franjas do sistema jurídico-político.

Houve dois tipos de atuação feminina na ANC: o primeiro tipo se deu a partir de mandatos parlamentares; o segundo, por meio do exercício da participação direta das cidadãs, ainda que organizadas em alguma espécie de coletivo. Este tipo de ação política direta constitui-se geralmente em pressão organizada, própria dos movimentos sociais e conhecida como *advocacy*. A organização das mulheres para atuar no processo constituinte antecedeu a própria instauração da ANC e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher teve papel primordial na promoção da participação das mulheres e na defesa de seus interesses.

O CNDM foi fruto de deliberação das mulheres no Encontro Nacional em Belo Horizonte, em 1985, e foi criado pelo governo de José Sarney em 1986 como um órgão federal. Dentre suas várias iniciativas para se preparar para ANC, realizou o Encontro Nacional Mulher e Constituinte em Brasília, no dia 26 de agosto de 1986, em que se redigiu a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes.

Na análise da Carta a partir da compilação das pautas das mulheres em relação ao trabalho, a primeira e principal temática é a igualdade, que permeia todos os assuntos das reivindicações específicas. Dentre as reivindicações, destacam-se: a titularidade da terra para as trabalhadoras rurais; a expressa igualdade de direitos para trabalhadoras domésticas e rurais; a garantia de emprego da mulher gestante; o acesso à saúde da mulher – independentemente da função reprodutiva – e aos direitos reprodutivos; o direito à creche para filhos de mulheres e homens trabalhadores.

A creche para filhos de trabalhadoras e trabalhadores era uma demanda mais avançada na Carta do que nas pautas das trabalhadoras dos sindicatos analisados. As feministas traziam novas leituras sobre as questões cotidianas e conseguiram aproveitar o espaço dialógico com as trabalhadoras para mostrar que a responsabilidade sobre o cuidado das crianças era de ambos, mãe e pai, assim como era também dever do Estado prover creches e não apenas do empregador. Assim, o pedido visava à garantia do direito à creche no local do

trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores. Da mesma maneira, houve a demanda por licença-maternidade e licença-paternidade, que foi encaminhada pelas mulheres, uma vez que os homens tinham dificuldade em entender o porquê de se licenciarem do trabalho em razão de nascimento de filho. Neste sentido, na Carta havia também a exigência do reconhecimento da maternidade e paternidade como valores sociais fundamentais, no assunto “Família”, e da função social da maternidade e paternidade, cabendo ao Estado prover educação, creche, alimentação e segurança das crianças, no assunto “Saúde”.

O acesso à saúde era pleiteado pelos movimentos feminista e negro, como parte essencial da questão da saúde da mulher. É preciso lembrar que, até 1988, em termos jurídicos, não havia um sistema público de saúde universal, mas apenas o acesso por meio do antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ou seja, reservado a trabalhadoras e trabalhadores inscritos no sistema de previdência pública, o que representava a exclusão de grande parte da população (desempregados e trabalhadores informais, por exemplo).

A promoção de uma sociedade mais igualitária, sem discriminação de qualquer espécie, é abordada no assunto “Educação e Cultura”, que previa ao Estado prover o ensino público universal e gratuito, estimulando a “imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial”. Outro destaque é a demanda pela inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira como parte do currículo obrigatório, uma exigência do movimento negro e das mulheres negras. A qualificação profissional é postulada como uma garantia para a mulher rural e urbana.

A violência doméstica, preocupação surgida não só nos registros das feministas, mas também das bancárias, foi contemplada no assunto “Violência”, mas este não especificou as violências no trabalho, referindo-se apenas à “violência fora do lar”. Vale ressaltar que a violência sexual foi abordada com enfoque maior na criminalização das condutas e na retirada das normas que tratavam a violência sexual de forma mais amena, como a diferenciação entre estupro e atentado violento ao pudor, a concepção de crimes contra os costumes e a expressão “mulher honesta”. Esta era a posição oficial das mulheres, muito embora houvesse o entendimento pelas mulheres negras de que a criminalização representava um problema para os companheiros negros, que ficavam mais sujeitos ao encarceramento.

Não foram trazidas outras questões importantes para as trabalhadoras como a violência sexual no trabalho, incluindo o assédio, e as condições de trabalho, como higiene e segurança, controle de tempo para ir ao banheiro, ritmo do trabalho, jornada de trabalho etc.

Por fim, importa mencionar também que a Carta trouxe o tema do direito de greve para todas as categorias como uma reivindicação no assunto “Questões nacionais e internacionais”. Apesar desta relevante questão não ter sido encontrada como pauta específica das mulheres nos movimentos e sindicatos analisados no capítulo anterior, não causa surpresa ele ter sido pautado pelas mulheres organizadas para o processo constituinte. O direito de greve foi um dos que mais foram cerceados durante a ditadura militar. Todavia, a mobilização da classe trabalhadora nas greves, assim como os movimentos contra a carestia e pela anistia, também foi fundamental na luta pela redemocratização, de modo que o exercício do direito de greve tinha que ser garantido no novo ordenamento jurídico.

Em 1986, foram eleitas as 26 deputadas federais que atuaram na ANC. Apesar de formarem um grupo pequeno, não havia entre elas uma homogeneidade de pensamento, mas sim diversas visões de mundo, com diferentes experiências de vida. Além disso, a heterogeneidade partidária das deputadas constituintes eleitas por partidos considerados de direita (PSC, PFL, PDS e PTB), do Centrão (PMDB) e de esquerda (PCdoB, PDT e PT), indica que não é possível afirmar que houve uma bancada feminista na ANC, pois o movimento feminista brasileiro é historicamente relacionado aos partidos de esquerda. No Congresso Nacional, foram muitos os desafios das deputadas constituintes, a começar pela discriminação. Chamar a Bancada Feminina (BF) de *Lobby do Batom* (LB) tinha conotação duplamente negativa. A ausência de banheiro feminino no plenário do Congresso Nacional foi simbólica do não lugar da mulher no espaço político. Aquele não era o lugar “natural” para mulher.

As propostas do LB foram bastante progressistas, sobretudo no que tange à igualdade de gênero e racial. Interessante notar que os direitos sociais compõem mais da metade das formulações da BF, o que provavelmente resultou do trabalho de convencimento dos movimentos sociais feminista e negro e dos movimentos trabalhistas (centrais, sindicatos e associações), assim como da própria participação popular que demonstrava o anseio por mais direitos.

A proposta da BF tratou da igualdade com dispositivo proibindo a discriminação em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição.

Um dispositivo condensou o debate feminista sobre o trabalho doméstico não remunerado, que, apesar de não ter aparecido expressamente como pauta das trabalhadoras, atingiria grande parte das mulheres: “Considera-se atividade econômica atípica aquela

realizada no recesso do lar”. Por muito tempo, o trabalho doméstico não remunerado, uma realidade bastante concreta no cotidiano feminino, foi invisibilizado em termos de estatísticas, o que não mudou muito na perspectiva do Direito até os dias de hoje. Por isso, é importante apontar que o reconhecimento do trabalho realizado gratuitamente no ambiente doméstico como atividade econômica atípica foi pautado na ANC, pois silêncios no ordenamento jurídico nem sempre significam a ausência de demanda e de debates, mas apenas a tese vencedora na disputa legislativa ou, neste caso, constituinte. A invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, frequentemente relegado à esfera sentimental (“feito por amor”), tem como consequência a própria desvalorização do trabalho doméstico remunerado (“por que garantir direitos ao trabalho que pode ser obtido gratuitamente?”).

A justiça social proposta pela BF seria regida por dois princípios: a função social da maternidade e da paternidade e a igualdade jurídica entre trabalhador urbano e rural. Estes princípios desafiam a divisão sexual do trabalho, reforçando a ideia de corresponsabilidade de pai e mãe pelo cuidado dos filhos, e a divisão espacial do trabalho, que mantinha forte correlação com o marcador social da raça. Assim, trabalhadores rurais, em grande parte amefricanos, permaneciam em piores condições de trabalho em relação aos urbanos. Outro ponto relevante é que a divisão entre trabalho urbano e rural se dá a partir de uma visão mais masculina sobre o trabalho por dois motivos essenciais: primeiro, tanto o trabalho urbano quanto o rural são pensados a partir do modelo do trabalhador homem branco ou homem negro – tanto é verdade que as mulheres rurais tinham dificuldades em serem reconhecidas como trabalhadoras –; segundo, esta dicotomia entre urbano e rural, pretensamente universal, ignora a questão do trabalho doméstico, que, por sua vez, ao não se encaixar em nenhum dos dois tipos, fica invisibilizado como se fosse um não lugar na esfera do trabalho.

As propostas da BF para direitos trabalhistas inovaram em relação à Carta das Mulheres, mas também fizeram um movimento de retração. A igualdade é mais bem elaborada, buscando coibir todas as formas de discriminação de salário para um mesmo trabalho e de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social. A proposta sobre creche foi dividida entre obrigação para o empregador e para o Estado. Foram introduzidas as demandas gerais por: não incidência da prescrição no curso do contrato; maior participação dos trabalhadores na gestão da empresa, com participação nos lucros ou no faturamento e representação em comissões internas; garantia e segurança no emprego, proibidas as despedidas sem justo motivo. A mudança mais significativa, no entanto, pode ter sido um silêncio: a ausência de proposta pela Bancada

Feminina, ao menos no que se refere ao documento em questão, sobre direitos trabalhistas para o trabalho doméstico assalariado ficou dissociada das discussões promovidas pelo CNDM e das pautas levantadas no período anterior.

Quanto às propostas para os dispositivos “Da Seguridade Social”, vale pontuar que não houve um campo destacado para este assunto na Carta das Mulheres. As propostas formuladas pelo *Lobby do Batom* indicam um amadurecimento sobre a questão, pois a seguridade social seria universal, no sentido de ser direito para todos; abrangeria a proteção à maternidade e às gestantes, assim como a aposentadoria às donas de casa; asseguraria direitos previdenciários para trabalhadores rurais e domésticos, além de assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais.

Na temática “Da Saúde”, as demandas permaneceram relacionadas à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos, cabendo ao Estado, por exemplo, “assegurar o acesso à educação, à informação e aos métodos adequados à regulação da fertilidade, respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais”. O argumento da liberdade religiosa e de pensamento como limite para o Estado não interferir na fertilidade, reforçando a autonomia da mulher, apareceu de maneira mais abstrata, tangenciando o assunto tão controvertido do aborto e evitando as expressões “método contraceptivo” e “controle de natalidade”.

A redação da proposta “Da educação e cultura” mantém a demanda por educação universal, pública e gratuita, mas elabora melhor o rol de princípios para reger a educação, como: igualdade entre homem e mulher, repúdio ao racismo e discriminações, respeito aos valores do trabalho, pluralismo cultural do povo brasileiro. Não houve menção ao ensino da história da África e do negro no Brasil, o que foi encaminhado pelo movimento negro.

Considerando que as propostas encaminhadas pela BF eram somente aquelas que contavam com o consenso do grupo, conclui-se que as demandas que representavam o recorte racial não foram encampadas por todas as constituintes. A omissão sobre o trabalho doméstico assalariado e o ensino da história da África neste documento, porém, não significou ausência de encaminhamento individual durante o processo constituinte, com destaque para a atuação de Benedita da Silva.

A análise das atas de reunião na Comissão da Ordem Social e suas subcomissões revelou discursos comprometidos com a melhoria da condição de vida da população, especialmente dos estratos mais desfavorecidos, nos principais aspectos: trabalho, moradia, saúde, assistência, previdência, educação, inclusão e combate à discriminação. Houve a preocupação de ouvir representantes da sociedade civil, de movimentos sociais à academia,

para conhecer melhor as várias realidades do país e as demandas dos mais diversos grupos sociais.

As condições das mulheres no trabalho foram discutidas na Subcomissão VII-a, em que ganharam destaque as falas das representantes das trabalhadoras domésticas, das trabalhadoras rurais e das trabalhadoras urbanas, além de importantes intervenções de constituintes.

Lenira de Carvalho representou as trabalhadoras domésticas com uma fala breve e contundente, ressaltando a cidadania das trabalhadoras domésticas e a falta de reconhecimento do trabalho doméstico, a despeito de sua importância para o desenvolvimento do país. Ela entregou a carta assinada por representantes das 23 associações de trabalhadoras domésticas, cuja reivindicação principal era a igualdade de direitos trabalhistas. Sua exposição suscitou diversas manifestações de reconhecimento pessoal das empregadas domésticas por parte de constituintes, muitas vezes reforçando o estereótipo de “mãe preta”, aquela que faz tudo por amor. Embora as falas revelassem essa noção potencialmente problemática que une trabalho e afeto (na forma de pseudoparentesco), os constituintes foram unânimes em reconhecer a justiça no pleito por igualdade. A compreensão de que o trabalho doméstico assalariado não apenas provia conforto na vida das pessoas, mas também viabilizava outras atividades reconhecidamente econômicas, foi a tônica dos pronunciamentos dos constituintes Benedita da Silva e Domingos Leonelli, que também traçaram a relação entre os marcadores sociais de diferenças (classe, gênero e raça), a história do trabalho escravizado e as relações de trabalho doméstico no Brasil. Benedita da Silva, a partir de sua experiência de vida e de seu lugar social, era quem melhor poderia falar sobre a condição das trabalhadoras domésticas e assim o fez.

Antônia da Cruz Silva falou em nome das trabalhadoras rurais e narrou as dificuldades da vida no campo, como a invisibilização do trabalho da mulher na produção agrícola por causa da fusão com o trabalho doméstico. De forma ajustada com a divisão sexual do trabalho, nas relações no campo, apenas o chefe da casa recebia salário, tinha acesso à previdência social e podia se filiar ao sindicato, embora houvesse uma conjugação da força de trabalho da mulher e de filhas e filhos para os resultados da unidade rural. Ressaltou a importância da terra para camponesas e camponeses e revelou a violência no conflito fundiário, que era mais acentuada contra as mulheres. Denunciou a precariedade da camponesa diante da falta de assistência por parte do companheiro no parto, além do mal atendimento dispensado nos hospitais e maternidades. Reivindicou o reconhecimento da condição de trabalhadora rural para as mulheres no trabalho dentro ou fora de casa, com

acesso à aposentadoria, à filiação sindical, à titulação da terra, medidas mínimas para superar a corrente discriminação contra a camponesa.

Maria Elizete de Souza Figueiredo palestrou como representante da mulher trabalhadora. Apontou as discriminações contra a mulher no mercado de trabalho, o trabalho doméstico e a mulher negra. Falou sobre a importância do trabalho na emancipação da mulher e a necessidade de implementação de creches. Trouxe um extenso rol de reivindicações, abrangendo demandas compiladas no Congresso em que 1.200 entidades sindicais participaram. Merece destaque a proposta de reconhecimento da função social da maternidade e da paternidade, com diversos pedidos dele decorrentes. Abordou ainda a dificuldade das trabalhadoras em atuar nos sindicatos e de alcançar cargos de comando.

O anteprojeto da Subcomissão VII-a deu resposta às maiores demandas da classe trabalhadora, apontando para a construção de uma sociedade menos desigual baseada na justiça social, alicerce de um Estado Democrático de Direito. A igualdade jurídica entre todas e todos trabalhadores era expressa e ampla, incluindo as trabalhadoras domésticas e o reconhecimento da função social da maternidade e da paternidade. Os direitos foram enunciados no ponto alto do reconhecimento das reivindicações trabalhistas.

Os registros das reuniões da Subcomissão VII-b mostraram como era o lugar da mulher constituinte na ANC, pois, mesmo ocupando a 2ª Vice-Presidência da Subcomissão, era esperado que Maria de Lourdes Abadia observasse a divisão sexual do trabalho, executando tarefas sem reconhecimento social e em auxílio ao homem protagonista no espaço público. Dentre os assuntos abordados nesta subcomissão, despertam interesse as discussões sobre aposentadoria da dona de casa e saúde da mulher. Foi concebido também o Sistema Único de Saúde, que deveria abranger a Saúde Ocupacional, indicando a relevância da questão do trabalho nos debates. A universalização da cobertura do sistema de seguridade social foi outro passo importante, apesar de não ter disposição expressa sobre a inclusão da dona de casa, da trabalhadora rural e da trabalhadora doméstica, o que constou no anteprojeto da Subcomissão VII-a.

O combate às desigualdades e discriminações foi o grande tema da Subcomissão VII-c. Apesar do pouco interesse da imprensa e da dificuldade em alcançar o quórum para deliberação, o teor dos diálogos nesta subcomissão é intelectualmente rico e demonstra o compromisso dos participantes em aproveitar aquele momento histórico para dar voz, tirar da invisibilidade, ouvir as reivindicações e contemplar todos os grupos estigmatizados que procurassem a subcomissão. A definição do termo minoria foi abordada por acadêmicos conceituados, como Florestan Fernandes, que defendeu que, contra a persistência do

preconceito racial, a transformação social se daria com a educação e a mudança da pessoa, num processo lento e gradual, mas não prescindiria de práticas sociais que a reforçassem. Lélia Gonzalez fez um retrospecto sobre a situação da população negra no Brasil, articulando também com a questão de gênero para mostrar os problemas enfrentados por homens negros e mulheres negras em virtude de condições materiais e de preconceitos e estereótipos. Helena Teodoro enfatizou a violência do racismo, que precisava ser combatido pela educação e pela cultura. Para muitos constituintes, o racismo não existia concretamente no Brasil e a discussão em torno disso pode nos dar uma interessante perspectiva sobre como é complicado para homens brancos em posições de poder compreender e aceitar os privilégios de que dispõem. Os diálogos na reunião em que foi mais discutida a questão do negro no Brasil revelaram também a dificuldade de homens negros ampliarem suas pautas de luta e reivindicações para abarcar também os homossexuais. Esta dificuldade tem raízes no machismo, o que foi um problema para as mulheres negras dentro do movimento negro. A defesa pela inclusão dos homossexuais por Benedita da Silva, em especial pela inserção da expressão “orientação sexual” como critério que não poderia ser utilizado para tratamento jurídico desigual, coaduna com a noção de interseccionalidade assumida pelas mulheres negras na militância. A compreensão de que não havia hierarquia entre as opressões não era apenas teoria, mas sobretudo práxis.

O anteprojeto da Subcomissão VII-c atendeu a todos os principais pedidos compilados e enviados pelo movimento negro. Vale mencionar que o combate às desigualdades e discriminações não seria apenas pelas vias da criminalização e da educação, mas também por meio de medidas compensatórias a pessoas ou grupos vítimas de discriminação comprovada no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e aos demais direitos sociais.

Os anteprojetos das subcomissões representaram o ponto alto das conquistas de direitos sociais e a luta a partir de então seria a de mantê-las. Embora a Comissão Social contasse com forte presença de constituintes comprometidos com a classe trabalhadora e com as minorias, a reação conservadora conseguiu um espaço um pouco maior para trabalhar e, assim, algumas vitórias anteriores foram diluídas no texto do anteprojeto da Comissão VII, como no caso do repouso semanal remunerado e do trabalho noturno. O repouso semanal remunerado deixou de abranger o sábado e de ser garantido em um fim de semana por mês. O trabalho noturno deixou de considerar o período entre 18 horas e 6 horas do dia seguinte e a hora noturna de 45 minutos.

O maior exemplo do encurtamento dos direitos sociais aprovados nas subcomissões foi a separação da categoria das trabalhadoras domésticas em relação às demais categorias para fins de direitos trabalhistas, retornando à condição de especificidade como justificativa para um rol mais restrito de direitos. De uma situação de igualdade expressa, a categoria das trabalhadoras domésticas passou a deter um rol mais restrito de direitos, conservando a ideia de que o rol seria exemplificativo, pois manteve-se a frase “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, de modo que ainda seria possível considerar uma situação de igualdade tácita. Todavia, a separação da categoria implicava em divisão de forças. Elas deixavam de contar com as outras categorias lado a lado na luta por direitos, para voltar à situação de lutar por igualdade. Além disso, as trabalhadoras domésticas deixaram de ter direito expresso à estabilidade, reajuste salarial, jornada de oito horas, licença maternidade, FGTS, seguro desemprego etc., o que, na prática, implicaria o não reconhecimento destes direitos.

O que aconteceu com as trabalhadoras domésticas foi bastante expressivo do percurso que se desenharia no processo constituinte: o clamor social e a participação dos movimentos sociais nas subcomissões somados à composição de cada subcomissão com constituintes que se interessavam pelos assuntos nela discutidos levaram a textos bastante avançados, contemplando de forma ampla e profunda os anseios populares. Submetidos tais textos a grupos mais heterogêneos, as conquistas mais profundas foram fortemente atacadas e com o decorrer da ANC foram perdendo forças, de modo que muitas delas não constaram do texto final da Constituição de 1988, como: a estabilidade, o limite de 40 horas semanais, a igualdade jurídica para as trabalhadoras domésticas e a proibição da locação de mão de obra. Alguns direitos foram reduzidos, outros foram extirpados e, sobre estes, o silêncio no texto final pode dar a impressão de ausência de demandas, de debates ou de lutas, como foi o caso da terceirização.

Sobre os silêncios, destaco alguns que merecem ser quebrados. O assédio moral e o assédio sexual no trabalho não são novidades do neoliberalismo da década de 1990. Os registros mostram que desde a industrialização no início do século XX eles foram problematizados pelas trabalhadoras. No entanto, não foram enfrentados dentro da institucionalidade, seja dentro do CNDM, seja na ANC. Uma hipótese seria a dificuldade de certas instâncias tratarem de temas tão repulsivos e problemáticos em que se imbricam as questões de classe, gênero e, por vezes, raça, o que demandaria uma pesquisa específica.

No texto final da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988, outras lutas foram silenciadas, como a função social da maternidade e

da paternidade e a proibição da terceirização, pois foram extirpadas do texto. Da ausência no texto constitucional, equivocadamente, se infere a ausência de debates e lutas no processo constituinte. Questões concretas como a saúde da mulher e o ensino da história da África e do negro no Brasil foram camufladas atrás de formulações genéricas, como “saúde é direito de todos”, “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias” e perderam potência, que só foi reavida anos depois. Aliás, a ausência de remissão a “negros” no texto constitucional poderia ser interpretada tanto como um esforço na superação do racismo quanto como uma manifestação do racismo por denegação ou do mito da democracia racial.

O texto final apresentou também reduções das conquistas celebradas nas subcomissões, com alguns destaques. A igualdade jurídica das trabalhadoras domésticas foi reduzida a um rol taxativo de direitos. A carga horária semanal de trabalho ficou fixada em 44 horas e o regramento das horas extras, do trabalho noturno e do descanso semanal remunerado não apresentou avanço significativo em relação ao que dispunha a CLT. A estabilidade foi transformada em proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que até hoje não foi promulgada. A garantia de emprego da gestante surgiu apenas como uma disposição transitória, passível de alteração por lei complementar. Assim alguns dos pontos centrais no debate sobre a condição das trabalhadoras foram os que apresentaram maiores cortes ao longo da ANC, o que pode ter relação com o próprio perfil do corpo de constituintes.

A interseccionalidade marcou o surgimento das demandas que desafiaram o sujeito universal e o protagonismo nas lutas em prol destas causas. De outra sorte, a interseccionalidade também evidenciou o acesso desigual aos espaços de poder, o que circunscreveu o direito positivado em 1988. Assim, as trabalhadoras participaram da ANC, levando seus pontos de vista e reivindicações, mas encontraram limites na baixa representatividade política. Houve conquistas para as mulheres na ANC e no texto constitucional, sem dúvidas, e elas não foram poucas. E justamente porque foram as propostas que atravessaram as barreiras do classismo, sexismo e racismo para serem aprovadas, as conquistas da Constituição Federal de 1988 não podem ser desprezadas nem desqualificadas como se fossem uma mera promessa ultrapassada. Pelo mesmo motivo, não se pode perder de vista que ainda é possível e necessário mais!

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Graça. Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita. **Cadernos Sacaufef**. n. 8. Lisboa: 2011.
- ABREU, Alzira A. **Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-previdencia-social-inps>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALCOFF, Linda M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, jan.-abr. 2016.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- ALVES, José E. D. *et al.* Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In: 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile – a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.
- ALVES, Maria H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: UNICAMP, 1988.
- BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994)**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lembrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairos/>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994). **Afro-Ásia**. n. 23. Salvador, 2000.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio-ago., 2013.
- BARBOSA, Leonardo A. A. **História constitucional brasileira**: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **“Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça”**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. Dissertação (Mestrado). Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2005.
- BARRETO, Raquel de Andrade. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. *In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

BEDÊ JUNIOR, Américo. Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50, n. 197, jan.-mar., 2013.

BENTIVOGLIO, Elaine C. S; FREITAS, Natalia S. **A evolução da legislação do trabalho doméstico no Brasil**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1094/rcd.v11n11p219-232>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. 30 (1), 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: UnB, 2015.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2007.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**: comentários (ed. Histórica). Rio de Janeiro: Rio, 1965.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLASS, Leila; HIRATA, Helena; SOARES, Vera. Prefácio à 2.ed. SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

BLAY, Eva A. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas da audiência pública** – reunião 1983/17. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/documentos/notas-taquigraficas/notas-taquigraficas-audiencia-publica-estatisticas-sobre-o-aborto-13-12-17/view>. Acesso em: 6 fev. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada feminina**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/copy_of_index.html. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Etapas e Fases**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v.1. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **CPI da Mulher**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84968>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL MULHER. A noite da mulher é o lucro do patrão. **Jornal Brasil Mulher**, n. 12, maio 1978.

BRASIL MULHER. De Millus feito com amor? **Jornal Brasil Mulher**, n. 14, ano 3, nov. 1978.

BRASIL MULHER. Domésticas, reunidas pela terceira vez. **Jornal Brasil Mulher**, n. 14, ano 3, nov. 1978.

BRASIL MULHER. Por um 1º de Maio Operário. **Jornal Brasil Mulher**, n. 12, maio 1978.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanidade: proposta feminista negra de organização política e transformação social. **LASA Forum**. v. 50, Verão, 2019.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos feministas**. Florianópolis, 22, n. 320, set.-dez., 2014.

CARDOSO, Irede; CARDOZO, José E. M. **O direito da mulher na Nova Constituição**. São Paulo: Global, 1986.

CARDOSO, Rodrigo M. **A participação popular na Constituinte de 1987-1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulher negra (1985). **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARVALHO, Léa S. Quando falta energia. **Momento feminino**. ed. 116. Rio de Janeiro, 1956.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, Carlos R. S. **O princípio da isonomia e a igualdade da mulher no direito constitucional**. São Paulo: Forense, 1983.

COLLINS, Patricia H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão (1989). *In*: MORENO, Renata. **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, abr. 2016.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The combahee river collective statement: a black feminist statement. EISENSTEIN, Z. (ed.). **Capitalism, patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1978.

CONJUR. **Direitos Humanos**. Morre Therezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia. 15 mar. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mar-15/morre-therezinha-zerbini-fundadora-movimento-feminino-anistia>. Acesso em: 11 set. 2019.

COSTA, Edimilson S. **A política salarial no Brasil, 1964-1985**: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. Orientador: Waldir José de Quadros. Tese (Doutorado) Universidade de Campinas: Instituto de Economia, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé W. Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of equal protection. In: TSUJIMURA, Miyoko (ed.). **International perspectives on gender equality & social diversity**. Sendai: Tohoku University Press, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, n. 1, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE, Carmen D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, pp. 175-204, abr. 2004.

DEL GUERRA, Débora *et al.* A história das mulheres no Brasil colonial. In: MAIOR, Jorge L. S.; VIEIRA, Regina S. C. (org.). **Mulheres em luta**: a outra metade da história do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2017.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DEPARTAMENTO Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). **Quem foi quem na constituinte**: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez-Oboré, 1988.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, pp. 653-660, fev. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2020.

DIRETORIA. 8 de março: dia internacional da mulher. **Folha Bancária**, ano II, n. 664. São Paulo, 08 mar. 1983.

DIRETORIA. Outro caso de tortura: abortou no 2º mês. **Folha Bancária**, ano II, n. 728. São Paulo, 10 jun. 1983.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Therezinha Zerbini: protagonismo e ação política na luta das mulheres contra a ditadura. **Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de História Oral**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De 01 a 04 maio 2016.

ERUNDINA, Luiza. Os sindicatos na construção do papel político da mulher. *In*: INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

FAORO, Raymundo. **Assembléia Constituinte**: a legitimidade recuperada. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

FRACCARO, Glaucia C. G. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Tese (Doutorado). Orientador: Fernando Teixeira da Silva. Campinas: Unicamp, IFCH, 2016.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. *In*: S. Seidman; J. Alexander. (org.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001.

GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Caderno AEL**, v. 15, n. 27, 2009.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego (1979). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1979). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil (1980). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. As amefricanas do Brasil e a sua militância (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Cidadania de segunda classe (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! (1981). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra (1983). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Nanny (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década (1982). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro unificado contra a discriminação racial (MNU). *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1980). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão (1983). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher (1979). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema. **O maior genocídio da história da humanidade**: mais de 70 milhões de vítimas entre os povos originários das Américas – resistência e sobrevivência. Toledo: Princeps, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (coord.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, abr. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu** (5) 1995.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

INTER-PARLIAMENTARY UNION UN WOMEN. **Women in Politics**: 2017. Disponível em: <https://ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017>. Acesso em: 11 jul. 2018.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Domestic workers across the world**: global and regional statistics and the extent of legal protection/International Labour Office – Geneva: ILO, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000**: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf. Acesso em: 16 jul. 2018.

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! (1949). **Estudos Feministas**. Florianópolis, 25, set.-dez. 2017.

KANT, Immanuel. Primeira parte – primeiros princípios metafísicos da doutrina. In: KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Universitária São Francisco, 2013.

LACERDA, Ana B. C. C. *et al.* **A voz do cidadão na constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

LAWSON, M. *et al.* **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxford: Oxfam GB, 2020.

LEWKOWICS, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2008.

LIBARDONI, Marlene. **Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A1916.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LOPES, Júlio A. V. **A Carta da Democracia 25 anos**: como foi feita a Constituição de 1988. São Paulo: Cultura, 2013.

LORDE, Audre. Age, race, class and sex: women redefining difference. *In*: LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays & speeches. Califórnia: Freedom, 1984.

LORDE, Audre. The master's tools will never dismantle the master's house. *In*: LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays & speeches. Califórnia: Freedom, 1984.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppression. *In*: LORDE, Audre. **I am your sister**. New York: Oxford University Press, 2009.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. Tradução de Naira Pinheiro. *In*: (org.) HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *In*: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMES CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina. (Editoras) **Tejiendo de otro modo**: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**. Bogotá – Colombia, n. 9, pp.73-101, jul.-dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, pp. 935-952, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 03 set. 2019.

MADEIRA, Felícia; SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos CEBRAP**, n. 13, São Paulo, 1973.

MAEDA, Patrícia. **Trabalho no capitalismo pós-fordista**: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora. 2016. 264 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 75-97, abr. 2016.

MARQUES, Ana M.; ZATTONI, Andreia M. Feminismo e resistência: 1975 – o Centro da Mulher Brasileira e a Revista Veja. **História Revista**. Goiânia, v. 19, n. 2, 2014, p. 61. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v19i2>. Acesso em: 11 set. 19.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 3. ed. São Paulo: n-1edições, 2018.

MENDOZA, Breny. Los ‘fundamentos no-democráticos’ de la democracia: un enunciado desde Latinoamérica postoccidental. *In*: MIÑOSO, Yuderkys *et al.* **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán (Colombia): Universidad del Cauca, 2014.

MICHILES, Carlos *et al.* **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MOMENTO FEMININO. Em Ribeirão Preto, na fábrica Matarazzo. **Momento feminino**. ed. 116. Rio de Janeiro, 1956.

MOMENTO FEMININO. Na história do trabalho humano pela primeira vez reúnem-se mulheres trabalhadoras do mundo inteiro. **Momento feminino**. ed. 118. Rio de Janeiro, 1956.

MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008.

MONTENEGRO, Ana. Direitos da mulher. **Momento feminino**. ed. 115. Rio de Janeiro, 1955.

MONTENEGRO, Ana. Direitos da mulher. **Momento feminino**. ed. 116. Rio de Janeiro, 1956.

MOREIRA, Adilson J. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz (1976). *In*: HOLLANDA, Heloísa B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, Bethânia. Apresentação. *In*: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NICOLI, Pedro A. G. O que é a divisão sexual do trabalho? *In*: RAMOS, Marcelo M; BRENER, Paula R. G; NICOLI, Pedro A. G. (org.). **Gênero, sexualidade e direito: uma introdução**. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

NÓS MULHERES. Editorial. **Jornal Nós Mulheres**, n. 8, jun.-jul. 1978.

NOSSA POLÍTICA. **18 mulheres negras que lutaram contra a escravidão**. Publicado em: 14 mar. 2019. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/24226/18-mulheres-negras-que-lutaram-contr-a-escravidao>. Acesso em: 31 out. 2019.

NOSSO. Resoluções do 1º Encontro. **Jornal Nosso**, ano 1, n. 5, São Paulo, fev.-mar., 1981.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Goulart assina o decreto que expropria terras e a encampação das refinarias. **O Estado de S. Paulo**, Seção Geral, p. 44. Publicado em 14 mar. 1964. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640314-27268-nac-0044-999-44-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 6 set. 2019.

OLIVEIRA, Adriana V. **Constituição e direitos das mulheres**: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte e suas consequências no texto constitucional. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Júlia G. S. Dos encontros à União: a formação da União de Mulheres de São Paulo. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 31.

OYEWUMI, Oyeronke. **The invention of women**. Making an african sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. **Araucária**. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, ano 13, n. 26, 2º sem. 2011.

PAOLI, Maria C. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 31, out. 1991.

PEDRO, Joana M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PENA, Maria Valéria J. Lutas ilusórias: as mulheres na política operária da Primeira República. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Reunião do Grupo de Trabalho “A Mulher na Força de Trabalho”**, Friburgo 21 a 23 out. 1981, p. 7. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-05-encontro/gt-6/gt12-5/5597-mariapena-lutas/file>. Acesso em: 5 set. 2019.

PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Flávia M. G. *et al.* A condição da mulher trabalhadora entre os governos Collor e FHC. In: SOUTO MAIOR, Jorge L.; VIEIRA, Regina S. C. (org.). **Mulheres em luta**: a outra metade da história do direito do trabalho. São Paulo: LTr., 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani. Tradução Denise Bottmann. 7. ed. Rio/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política**: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Tese. (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Orientação: Profa. Dra. Cristina M. T. Stevens. Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8424>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PIMENTEL, Silvia. **A mulher e a Constituinte**: uma contribuição ao debate. São Paulo: Cortez/EDUC, 1985.

PIMENTEL, Silvia. Trinta anos da Carta das Mulheres aos Constituintes: a trajetória dos direitos das mulheres na Constituinte. Um depoimento feminista, entusiasmado e “cúmplice”. In: MELLO, Adriana Ramos (org.). **Anais de Seminários 30 Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/anais_de_seminarios_da_emerj/edicoes/volume1_2018/anais_de_seminarios_da_emerj_volume1_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

PINHO, Osmundo. **Nota explicativa na tradução de Sojourner Truth**. “E eu não sou uma mulher?”. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/196229620/E-nao-sou-uma-mulher>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINTO, Celi R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. v. 18, n. 36, jun. 2010.

PINTO, Celi R. J. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Estudos Feministas**, ano 2, 2º sem. 1994.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **LASA Forum**. v. 50, p. 3. Verão, 2019.

PITANGUY, Jacqueline. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memórias para o futuro. In: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins *et al.* (org.). **Carta das mulheres brasileiras aos constituintes**: 30 anos depois. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, s/p.

PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. In: MELLO, Adriana Ramos (org.). **Anais de Seminários 30 Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018, p. 48. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/anais_de_seminarios_da_emerj/edicoes/volume1_2018/anais_de_seminarios_da_emerj_volume1_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS, Alana M. *et al.* Ditadura civil-militar no Brasil: o protagonismo das mulheres nos espaços políticos. *In: MAIOR, Jorge L. S.; VIEIRA, Regina S. C. (org.). Mulheres em luta: a outra metade da história do direito do trabalho.* São Paulo: LTr., 2017.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil.** São Paulo: LTr., 2012.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

REIS, Daniel A. A vida política. *In: (coord.) REIS, Daniel A. História do Brasil Nação: 1808-2010. v. 5. Modernização, ditadura e democracia (1964-2010).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras. *In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile – a construção das mulheres como atores políticos e democráticos.* São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *In: PINTO, Ana F. M; CHALHOUB, Sidney (org.). Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, século XIX e XX.* Cruz das Almas: EDUFURB, 2016.

ROBÔ. Coluna mulher. **Jornal Robô.** n. 6. São Paulo, out. 1979.

RODRIGUES, Arakcy M. **Operário, operária.** São Paulo: Símbolo, 1978.

RODRIGUES, Cristiano. Feminismo negro e interseccionalidade: práxis política e a consolidação de um pensamento sociopolítico para além das margens. **Feminismos em rede,** 2019.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na constituinte.** Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

RUSIG, Carla B.; FACUNDINI, Gabriel; RUZZI, Marina C. M. Lutas das trabalhadoras no período de 1930 a 1945 no Brasil. *In: MAIOR, Jorge L. S.; VIEIRA, Regina S. C. (org.). Mulheres em luta: a outra metade da história do direito do trabalho.* São Paulo: LTr., 2017.

SABADELL, Ana L. **Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito.** 7. ed. São Paulo: RT, 2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências dos trabalhadores na Grande São Paulo 1970-1980.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFIOTTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTANA, Bianca. **Quem é mulher negra no Brasil?** Colorismo e o mito da democracia racial. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/colorismo-e-o-mito-da-democracia-racial/>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Luana D. Por um feminismo plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio. **Gênero na Amazônia**, n. 4, Belém, jul.-dez., 2013.

SANTOS, Natália N. S. **A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos. Orientadora: Marta Rodriguez de Assis Machado. Dissertação (Mestrado). Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio-ago. 2004.

SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elizabeth. Lugar no governo: álbi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, nov. 1993.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico V. (org.). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHUMAHER, Schuma. O *lobby* do batom, para dar o nosso tom: a Constituição Federal e os avanços no âmbito da família e da saúde. In: MELLO, Adriana Ramos (org.). **Anais de Seminários 30 Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/anais_de_seminarios_da_emerj/edicoes/volume1_2018/anais_de_seminarios_da_emerj_volume1_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

SILVA, Isadora B. A. **Da invisibilização ao reconhecimento institucional**: limites da proteção jurídica das trabalhadoras domésticas. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019.

SILVA, José Afonso da. **O constitucionalismo brasileiro**: evolução institucional. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Mayana H. N. Da crítica da América Latina à América Latina crítica: para uma genealogia do conhecimento a partir de Lélia Gonzalez. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 12, n. 40, pp. 143-155, jul.-dez., 2019.

SILVA, Priscila E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia M. P. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil, 2011.

SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram**: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia. Orientadora Profa. Dra. Ana Alice Alcântara Costa. Salvador, 2011.

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB) anos 1970-1980. **Revista Gênero**. Niterói, v. 7, n. 2, pp. 237-254, 1º sem. 2007.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge L. **História do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr., 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcius F. B. **A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STRABELLI, Adriana R. *et al.* Trabalhadoras brasileiras no período entre 1950 e 1964. In: MAIOR, Jorge L. S.; VIEIRA, Regina S. C. (org.). **Mulheres em luta**: a outra metade da história do direito do trabalho. São Paulo: LTr., 2017.

TABAK, Fanny. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1989.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina S. C. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** Tradução de Osmundo Pinho. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/196229620/E-nao-sou-uma-mulher>. Acesso em: 16 jun. 2018.

VARGAS, Mariluci C. O movimento feminino pela anistia como partida para a redemocratização brasileira. **Trabalho apresentado no IX Encontro Estadual de História**. Associação Nacional de História da Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. **Cuidado como trabalho**: uma interpelação do direito do trabalho a partir da perspectiva de gênero. 236 p. Orientador: Homero Batista Mateus da Silva. Tese. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito, Área de Concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), 2018.

UNITED NATIONS. **Report of the World Conference of the International Women's Year**. New York: UN, 1976. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. t. I. Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Abya-Yala, 2017.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão** (1944). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia: semente da liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979, p. 27 *apud* DUARTE, Ana Rita Fonteles. O movimento feminino pela anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

Referências normativas

(Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT)

ABNT NBR 6023: 2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração

ABNT NBR 6022:2018 – Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação

ABNT NBR 6027: 2012 – Informação e documentação – Informação e documentação – Sumário – Apresentação

ABNT NBR 14724: 2011 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação

ABNT NBR 15287: 2011 – Informação e documentação – Projetos de pesquisa – Apresentação

ABNT NBR 6034: 2005 – Informação e documentação – Índice – Apresentação

ABNT NBR 12225: 2004 – Informação e documentação – Lombada – Apresentação

ABNT NBR 6024: 2003 – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação

ABNT NBR 6028: 2003 – Informação e documentação – Resumo – Apresentação

ABNT NBR 10520: 2002 – Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

ANEXO I

Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte¹

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRÁ VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER.

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar; o direito à educação, à saúde, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não-autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios.

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita o que mulheres já disseram no passado:

“Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir as leis para as quais não tivemos voz nem representação” (Abigail Adams, 1776).

Hoje, dois séculos após estas palavras, quando a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos.

---

¹ Transcrição do documento digitalizado. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Eis o que nós, mulheres, reunidas em Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:

I - Princípios Gerais

Para a efetivação dos princípios de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

1. Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;
2. Determine que a afronta ao princípio da igualdade constituirá crime inafiançável;
3. Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
4. Reconheça a titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos.

Leis complementares e demais normas deverão garantir a aplicabilidade desse princípio.

II - Reivindicações Específicas

Família

A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

1. A plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder.
2. A plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro de filhos.
3. A plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais.
4. A proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente.

5. Acesso da mulher rural à titularidade de terras em planos de Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil.

6. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho.

7. A lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

Trabalho

A legislação trabalhista, usando por base o princípio constitucional de isonomia, deve garantir:

1. Salário igual para trabalho igual;
2. Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
3. Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, de forma plena, às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;
4. Igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a proteção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como:
  - a garantia do emprego à mulher gestante;
  - extensão do direito à creche no local do trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores;
5. Estabilidade para a mulher gestante;
6. Licença ao pai nos períodos natal e pós-natal;
7. Licença especial às pessoas no momento da adoção, sem prejuízo do emprego e do salário, independentemente da idade do adotado;
8. Proteção à velhice com integralidade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte;
9. Eliminação do limite de idade para prestação de concursos públicos;
10. Direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira;
11. Extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres;
12. Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 anos para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, com salário integral;

13. Direito de sindicalização para os funcionários públicos;

14. Salário-família compatível com a realidade, extensivo aos menores de 18 anos.

Saúde

1. O princípio “a saúde é um direito de todos e dever do Estado” na especificidade “mulher”, deve garantir que as ações de saúde prestadas à população sejam entendidas como atos de coparticipação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos.

1.1 Criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados; submetendo-se os serviços privados às diretrizes e controle do Estado.

1.2 O Sistema Único de Saúde deve ser gerido e fiscalizado pela população organizada que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre Programas e Financiamentos.

2. Garantia de assistência integral à Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres.

3. Proibição de toda e qualquer experimentação com mulheres e homens, de substâncias, drogas, meios anticoncepcionais, que atentem contra a saúde e não sejam de pleno conhecimento dos usuários nem fiscalizados pelo poder público e a população.

3.1 Fiscalização da produção, venda, distribuição e comercialização de meios químicos e hormonais de contracepção, proibindo a comercialização de drogas em fase de experimentação, por empresas nacionais ou multinacionais.

4. Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamento em todas as ações da Previdência Social.

5. Será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade.

6. Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo.

7. Será garantido à mulher o direito de amamentar seus filhos ao seio.

8. O Estado reconhecerá à maternidade e à paternidade relevante função social, garantindo aos pais os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança de seus filhos.

9. Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher.

10. É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações (*sic*), vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e ao momento específico de sua história de vida.

Educação e Cultura

1. A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária.

1.1 A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais do povo brasileiro.

1.2 O ensino da história da África e da cultura afro-brasileira deverá ser obrigatório desde a educação básica.

2. A educação é prioridade nacional e cabe ao Estado responsabilizar-se para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança.

2.1 É dever do Estado combater o analfabetismo.

3. Os recursos públicos deverão destinar-se exclusivamente à escola pública objetivando a qualidade do ensino, sua expansão e manutenção.

3.1 Cabe ao Estado atenção especial à formação dos agentes da educação e às condições em que exercem o seu trabalho, visando a qualidade do ensino.

4. O Estado deverá dar atenção especial aos alunos portadores de deficiências físicas ou mentais.

5. Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional.

6. É dever do Estado zelar para que a educação e os meios de comunicação estejam a serviço de uma cultura igualitária.

6.1 O Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial.

7. O Estado assegurará a liberdade de pensamento e expressão; a liberdade de produção, distribuição e divulgação do produto cultural pelos meios de comunicação social, desde que não veiculem preconceitos e estereótipos discriminatórios.

8. Deverão ser incorporados aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor.

Violência

1. Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar.

2. Consideração do crime sexual como "crime contra a pessoa" e não como "crime contra os costumes", independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.

3. Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser essa última virgem ou não, ou do local em que ocorra.

4. A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciados aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

5. Será eliminada da lei a expressão "mulher honesta".

6. Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.

7. Será punido o explorador ou a exploradora sexual da mulher e todo aquele que a induzir à prostituição.

8. Será retirado da lei o crime de adultério.

9. Será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos.

10. A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá se realizar mediante laudo emitido por qualquer médico da rede pública ou privada.

11. A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido.

12. Criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher.

Questões nacionais e internacionais

1. Garantia de integração, ao texto constitucional, dos Tratados e Convenções internacionais dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os quais os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade do seu cumprimento.

2. Reforma agrária com a distribuição de terras aos que nela trabalham, com a garantia de assistência técnica e crédito necessários.

3. Soberania na negociação da dívida externa, resguardando os interesses nacionais e do povo brasileiro.

4. Reforma tributária de forma a beneficiar os municípios.

5. Liberdade e autonomia sindicais.

6. Direito de greve extensivo a todas as categorias profissionais.

7. Política responsável de proteção ao meio ambiente.

8. Política de desenvolvimento tecnológico com a preservação do meio ambiente e da soberania nacional.

9. Definição de uma política que mantenha a integridade das populações indígenas, impedindo o genocídio a que vêm sendo submetidas.

10. Democratização do Estado e das instituições, mediante revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva.

11. Acesso às fichas de informação individual mantidas pelos órgãos de informação do governo.

12. Paz nas relações internacionais, apoio às manifestações contra a corrida armamentista e impedimento à experimentação nuclear no Brasil.

13. Política externa baseada no princípio de autodeterminação dos povos e de não-ingêrência, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para a defesa do território nacional.

14. Respeito ao princípio de independência entre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando-se o princípio de que todo o poder emana do povo.

15. Política de não-relacionamento de qualquer espécie com países que praticam o preconceito racial.

ANEXO II

Propostas à Assembleia Nacional Constituinte²

Incluam-se, para integrar o Projeto de Constituição, os seguintes dispositivos:

DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. – Homens e mulheres têm iguais direitos ao pleno exercício da cidadania nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal e materialmente.

Parágrafo único: ficam liminarmente revogados os dispositivos que contenham qualquer discriminação relativa a sexo ou a estado civil.

Art. – Todos são iguais perante a lei que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.

§ 1º - Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição.

§ 2º - O poder público, mediante programas específicos, promoverá a igualdade social, política, econômica e educacional.

Art. – Os presos têm direito à dignidade e à integridade física e mental, à assistência espiritual e jurídica, à sociabilidade, à comunicabilidade, e ao trabalho produtivo e remunerado, na forma da lei.

§1º - Serão iguais os benefícios concedidos aos presos do sexo masculino e do sexo feminino.

§2º - É dever do Estado manter condições apropriadas nos estabelecimentos penais, para que as presidiárias permaneçam com seus filhos, pelo menos durante o período de amamentação.

DA ORDEM ECONÔMICA

Art. – Considera-se atividade econômica atípica aquela realizada no recesso do lar.

DA ORDEM SOCIAL

---

² Acervo CNDM – Arquivo Nacional *apud* SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram**: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, pp 211-212. Tese (Doutorado). Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Orientadora Profª. Drª. Ana Alice Alcântara Costa. Salvador, 2011.

Art. – A ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I – Função social da maternidade e da paternidade como valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos de seu desempenho;

II – Igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e rural.

DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Art. – As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de seus benefícios:

I – Proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho e de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social;

II – Garantia de manutenção, pelas empresas, de creches para os filhos de seus empregados até um ano de idade, instaladas próximas ao local de trabalho ou de moradia;

III – Não incidência da prescrição no curso do contrato;

IV – Descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, com garantia de estabilidade no emprego, desde o início da gravidez até sessenta dias após o parto;

V - Inserção na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros ou no faturamento, segundo critérios objetivos fixados em lei, com representação dos trabalhadores na direção e constituição de comissões internas, mediante voto livre e secreto, com a assistência do respectivo sindicato;

VI – Garantia e segurança no emprego, proibidas as despedidas sem justo motivo.

DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. – Todos têm direito à seguridade social;

Art. – É dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de seguridade social destinado a assegurar o acesso:

I – à proteção à maternidade e às gestantes;

II – à aposentadoria às donas de casa;

Art. – Os trabalhadores rurais e domésticos terão assegurados todos os direitos previdenciários.

Art. – É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais, cabendo à rede hospitalar pública a responsabilidade por tais serviços.

DA SAÚDE

Art. – É assegurado a todos o direito à saúde, cabendo ao Estado promovê-la, garantindo condições básicas de saneamento, habitação e meio ambiente.

Art. – Compete ao Estado:

I – prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida;

II – garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva em contrário pelo poder público e por entidades privadas;

III- assegurar o acesso à educação, à informação e aos métodos adequados à regulação da fertilidade, respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais;

IV – fiscalizar e controlar as pesquisas e experimentações desenvolvidas no ser humano;

DA FAMÍLIA

Art. A família, instituída civil ou naturalmente, tem direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal de seus membros.

Parágrafo único – O Estado assegurará assistência à família e criará mecanismos para coibir a violência na constância das relações familiares.

Art. – O homem e a mulher têm plena igualdade de direitos e de deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio de família e à titularidade e administração dos bens do casal.

§1º - Os filhos nascidos dentro ou fora do casamento terão iguais direitos e qualificações.

§ 2º - O homem e a mulher têm direito de declarar a paternidade e a maternidade de seus filhos, assegurado a ambos o direito de contestação;

§ 3º - A lei assegurará a investigação de paternidade de menores, mediante a ação civil privada ou pública, condicionada à representação.

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. – A educação, direito de todos e dever do Estado, visa o pleno desenvolvimento da pessoa dentro dos ideais da defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Parágrafo único – É responsabilidade do Estado assegurar a educação universal, pública e gratuita para todos os níveis.

Art. A educação obedecerá aos seguintes princípios:

- I – igualdade entre o homem e a mulher;
- II – repúdio a qualquer forma de racismo e discriminação;
- III – respeito à natureza e aos valores do trabalho;
- IV – imperativos e prioridade do desenvolvimento nacional;
- V – convivência pacífica entre os povos;
- VI – pluralismo cultural do povo brasileiro.

DAS TUTELAS ESPECIAIS

Art.- É assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes.

Art. – Incumbe ao Estado promover a criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil e de uma rede nacional de creches.

Parágrafo único – As creches de que trata este artigo deverão abrigar crianças de 0 a 6 anos, sem prejuízo das obrigações atribuídas aos empregadores.

Art. Os menores, particularmente os órfãos e os abandonados, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos pais que os abandonarem, terão direito à proteção do Estado, com total amparo, alimentação, educação e saúde.